



RESOLUÇÃO Nº 005/2023 – CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Educação à Distância da Universidade do Estado de Mato Grosso.

A Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, da Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando Edital 009/2022-Resultado Final, Processo nº 23065.000370/2023-92, CI nº 00044/2023/PROEG-DEAD, Parecer nº 003/2023/PROEG-DEAD, Ofício nº 253/2023-PROEG e a decisão do Conselho tomada na 1ª Sessão Extraordinária realizada no dia 13 de fevereiro 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Educação à Distância da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas visa atender a legislação nacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

- I. Carga horária total do Curso: 1.980 (Hum mil novecentos e oitenta) horas;
- II. Tempo mínimo de integralização: 06 (seis) semestres;
- III. Período: Integral;
- IV. Modalidade de Ensino: Educação à Distância;
- V. Forma de ingresso: Vestibular, com oferta de 150 (cento e cinquenta) vagas.

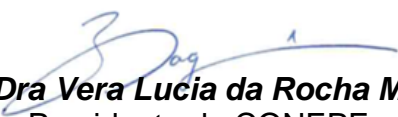
Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso consta no Anexo Único da Resolução.

Art. 4º O Projeto Pedagógico do Curso aprovado por esta Resolução será aplicado a partir do semestre letivo 2023/2.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala virtual das Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 13 de fevereiro de 2023.


Profa Dra Vera Lucia da Rocha Maquêa
Presidente do CONEPE



ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO Nº 005/2023 – CONEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE
COOPERATIVAS**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO "CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"

REITORA: Professora **Vera Lúcia da Rocha Maquêa**

VICE-REITOR: Professor **Alexandre Gonçalves Porto**

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Professora **Nilce Maria da Silva**

DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DIRETOR: Professor **Taisir Mahmudo Karim**

COORDENADOR ADJUNTO UAB/UNEMAT: **Roberto Tikao Tsukamoto Júnior**

ENDEREÇO: **Cidade Universitária de Cáceres. Av. Santos Dumont. Bairro Lobo.**

<http://dead.unemat.br>

PROPONENTE DO CURSO:

Prof. Dr. **Laudemir Luiz Zart**

PROPOSTA DE NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Prof. Dr. **Laudemir Luiz Zart**

Prof.^a Dr.^a **Loriége Pessoa Bitencourt**

Prof.^a Dr.^a **Ângela Ester Mallmann Centenaro**

Prof.^a Dr.^a **Iraci Aguiar Medeiros**

Prof. Dr. **José Ferreira da Costa**

Prof. Dr. **Josivaldo Constantino dos Santos**



DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas
Ano de Criação	2023
Grau oferecido	Graduação
Título acadêmico conferido	Tecnólogo em Gestão de Cooperativas
Modalidade de ensino	A distância
Tempo mínimo de integralização	6 Semestres
Carga horária mínima	1.980 horas
Número de vagas oferecidas	150
Turno de funcionamento	EaD
Formas de ingresso	Processo seletivo específico
Endereço do curso	Cidade Universitária de Cáceres-MT Av. Santos Dumont, Bairro Lobo. Tel.: (65) 3221-1351 http://dead.unemat.br – e-mail: dead@unemat.br



1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

1.1 A Universidade do Estado de Mato Grosso

A atual estrutura da Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” - UNEMAT, foi construída ao longo dos anos, com a missão de oferecer ensino superior gratuito. Assim, a UNEMAT, que nasceu na cidade de Cáceres-MT, se espalhou no interior do Estado de Mato Grosso com seus Câmpus, polos de oferta de Educação a Distância, nos núcleos pedagógicos e Câmpus Avançados em seus mais de 44 anos de existência.

O marco histórico de criação, baseia-se na Lei Municipal nº 703, do dia 20 de julho de 1978, com a publicação do Decreto Municipal nº 190, criando o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), que futuramente viria a ser a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, uma instituição de ensino superior nascida no interior o Estado. Vinculado à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social, o Instituto passa a funcionar como Entidade Autárquica Municipal em 15 de agosto do mesmo ano.

Por meio do Decreto Federal nº 89.719, de 30 de maio de 1984, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Curta em Estudos Sociais e em Ciências.

Por meio do Decreto Federal nº 89.719, de 30 de maio de 1984, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Curta em Estudos Sociais e em Ciências.

No ano de 1985, com a Lei Estadual nº 4.960, de 19 de dezembro, o Poder Executivo institui a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, que visa a promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural.

A Lei Estadual nº 5.495, de 17 de julho de 1989, altera a Lei nº 4.960 e, atendendo às normas da legislação de Educação, passa a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC).

Em 1992, por meio da Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passa a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT). A expansão da instituição para outras regiões de Mato Grosso ocorreu na década de 1990, com a abertura do núcleo de Sinop, em 1991 os núcleos de Alta Floresta, Alto Araguaia, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda e Luciara; em 1994, os núcleos de Barra do Bugres e de Colíder; Tangará da Serra em 1995, e Juara em 1999 (entrando em efetivo exercício em 2001).

Em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar nº 30, instituiu-se a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - FUNEMAT, transformando em Câmpus os antigos núcleos pedagógicos.

Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso-CEE/MT, por meio da Resolução nº 001/95-CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14 de março de 1996, homologou e aprovou os Estatutos da FUNEMAT e da UNEMAT.

Em 10 de agosto de 1999 por meio da Portaria Nº196/99-SEDUC-MT, a Universidade foi credenciada pelo CEE/MT, por cinco anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica.

O CEE/MT, por meio da Portaria Nº 282/2004-CEE-MT publicado em 17 de setembro de 2004, prorrogou o ato de credenciamento da UNEMAT, conforme Portaria Nº196/99-SEDUC-MT, pelo período de 05 (cinco) anos.

Pela Portaria Nº 064/2005-CEE-MT, de 22 de março de 2005, o CEE/MT, vem recredenciar a Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT, na abrangência dos Campi e Núcleos Pedagógicos mantida pelo Estado através da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso pelo prazo de 05 (cinco) anos.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Pela Portaria CEPS Nº 021/2010- CEE/MT, de 16 de março de 2010, o CEE/MT, prorroga o prazo de vencimento da Portaria N.064/05-CEE/MT de Recredenciamento da UNEMAT até março de 2011.

A Portaria CEPS Nº 012/2011-CEE/MT, de 11 de abril de 2011, Recredencia a UNEMAT, na abrangência dos campi e Núcleos Pedagógicos, por um prazo de 01 (um) ano, a partir de 23 de março de 2011.

Em 22 de março de 2012 a instituição foi recredenciada por 06 (seis) anos pela Portaria Nº 002/2012-GAB/CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de 21/03/2012.

A UNEMAT teve seu recredenciamento renovado por mais 06 (seis) em 22/08/2018 pela Portaria Nº 037/2018-GAB-CEE-MT retificada pela Portaria Nº 090/2021 GAB-CEE-MT de 01 de outubro de 2021.

No ano de 2005, a UNEMAT é credenciada junto ao Ministério da Educação, por meio da portaria nº 1116, de 06 de abril de 2005, para a oferta de cursos superiores a distância, tendo o recredenciamento vigente por força da portaria MEC nº 1455/2017, de 14 de novembro de 2017.

Em setembro de 2013, a UNEMAT recebeu em transferência os cursos de Bacharelados em Direito, em Enfermagem e em Administração e o de Licenciatura em Educação Física até então ofertados pela UNED (Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino). Em dezembro do mesmo ano, a UNEMAT encampou os cursos da União do Ensino Superior de Nova Mutum (UNINOVA), assim como a transferência dos bens móveis e imóveis daquela instituição.

A UNEMAT passou então a ter 13 Câmpus, quais sejam: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Médio Araguaia - Luciara, Pontes e Lacerda, Nova Mutum, Nova Xavantina, Sinop e Tangará da Serra.

Além dos 13 Câmpus, atualmente, a UNEMAT possui 31 núcleos pedagógicos e 27 polos de apoio presencial da Educação a Distância. Cerca de 23 mil acadêmicos são atendidos em 144 cursos de graduação, sendo 60 de oferta contínua e 84 turmas especiais, e em outros 22 cursos ofertados em modalidades diferenciadas, incluindo cursos ofertados para estratos específicos da sociedade. A UNEMAT oferta, ainda, cursos de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*, sendo quatro doutorados acadêmicos, quatro doutorados acadêmicos em Rede, três doutorados interinstitucionais, 11 mestrados acadêmicos, 01 mestrado profissional institucional e 10 mestrados profissionais em Rede.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, criada pela Lei Complementar nº 30 de 15 de dezembro de 1993, modificada pelas Leis Complementares nº 319 de 30 de junho de 2008 e nº 689 de 20 de maio de 2021, passou então a denominar-se Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” – UNEMAT.

À complexa estrutura universitária existente hoje, adicionam-se os Polos Pedagógicos cuja importância tem-se feito notar através de ações que se verificam cotidianamente e rotineiramente em distintas regiões do Estado, com destaque para alguns municípios ou mesmo consórcio de municípios. A atual estrutura universitária da UNEMAT desenvolve inúmeros projetos de pesquisa e extensão, oferta cursos regulares de graduação, cursos de pós-graduação *lato sensu* e os cursos *stricto sensu*, nível de mestrado e doutorado, além de se firmar no cenário nacional como uma das IES mais atuantes na implementação de políticas afirmativas.

Diversos são os projetos e núcleos de estudos que nos últimos anos desenvolveram pesquisas em torno da diversidade étnico-cultural e sócio-econômico-ambiental existentes em Mato Grosso. Aqui merecem destaque as políticas afirmativas de caráter permanente existentes na UNEMAT e que são ofertadas, sobretudo, através de modalidades diferenciadas, a saber: Licenciatura Plenas Parceladas, Módulos Temáticos, Faculdade Indígena, Programa Institucional de Qualificação Docente, Educação à Distância, Pedagogia da Terra, além dos próprios Núcleos e Polos Pedagógicos que se inscrevem nesta temática; a de realização de políticas afirmativas como instrumento de garantia de acesso e permanência ao ensino superior público e gratuito no Estado de Mato Grosso. Vale assinalar que as políticas afirmativas existentes na atual estrutura da UNEMAT possuem grande abrangência: desde tribos/nações indígenas às populações ribeirinhas, desde movimentos sociais aos ambientais e às tradições culturais, desde os migrantes às



populações da fronteira geográfica ou agrícola, desde a educação de jovens e adultos ao atendimento de portadores de necessidades especiais, alcançando em larga medida boa parcela do espectro de cores e saberes existentes no Estado de Mato Grosso.

Com maior proximidade em termos epistemológicos e institucionais para a concepção, gestão e desenvolvimento do curso Tecnológico de Gestão Cooperativa são as experiências de ensino, pesquisa e extensão realizadas no Núcleo de Estudos e Praxiológicas da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho) da Unemat – Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres.

As atividades acadêmicas do Núcleo Unitrabalho giram em torno dos processos sociais de mobilização e de organização social, da formação de grupos sociais, da incubação de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis (EESS) para a capacitação intelectual e cultural que tem como objetivo a geração e distribuição de renda.

Os referenciais teóricos da ação e da reflexão estão ancorados na perspectiva da economia solidária, da agroecologia e da educação popular. A pertinência social das ciências e das tecnologias são construções sociais embasadas em metodologias de participação social, com diálogos constituintes entre os saberes cotidianos práticos e os conhecimentos científicos.

A proposição da formação em gestão cooperativa é uma iniciativa que corresponde às necessidades e às demandas sociais de capacitação e qualificação social de iniciativa no campo e na cidade de grupos sociais populares que se organizam em empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. As organizações de trabalho associadas (EESS) são esforços para superar limites de falta de emprego formal e da economia de trabalho assalariado. Apesar das iniciativas relevantes, muitos empreendimentos não avançam no autodesenvolvimento devido aos limites de domínio teórico e tecnológico de gestão da organização do trabalho.

Nestes termos, a oferta e a realização do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas se alinha na construção de iniciativas de auto-organização e autogestão de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.

1.2 A educação a distância na UNEMAT

Como agente ativo na política de formação de professores entendida como política pública em Mato Grosso e atenta às demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural do Estado, a UNEMAT foi uma das participantes do “Programa Interinstitucional de Qualificação Docente” que envolveu também a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), as Secretarias Municipais de Educação e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública de Mato Grosso (SINTEP), a partir de 1995, passou a implementar e desenvolver o primeiro curso de graduação a distância no País, visando à formação dos professores da rede pública que atuam nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental.

Neste contexto, a UNEMAT e a UFMT são pioneiras da educação a distância (EAD) no país. Esse curso, foi também, o primeiro curso de graduação a distância a ser reconhecido pelo MEC (Portaria nº 3220, 22/11/2002).

Em 2005, a UNEMAT e a UFMT iniciaram a oferta do curso de Pedagogia Licenciatura Educação Infantil em EaD para mais de 1.600 profissionais que atuam nas creches e pré-escolas, com a parceria interinstitucional formada pelo consórcio Pró-Formar.

Ainda em 2005, surge o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), inicialmente sob a responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância do MEC, como estratégia do MEC para atendimento à formação de professores do Plano Nacional de Educação, com o chamado “Edital UAB 1” (Edital de Seleção nº. 01/2005-SEED/MEC, de 16 de dezembro de 2005).

O Edital UAB 1 convocou os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a apresentarem propostas de polos municipais de apoio presencial para ensino superior à distância e às instituições federais de ensino superior, a apresentarem propostas de cursos superiores na modalidade de educação a distância, a serem ofertados nos polos municipais de apoio presencial.



Já o segundo edital, chamado de “Edital UAB 2” (Edital de Seleção UAB nº. 01/2006-SEED/MEC/2006/2007), foram convocadas as instituições públicas de ensino superior (federais, estaduais e municipais), a apresentarem propostas de cursos superiores na modalidade de educação a distância, permitindo assim à UNEMAT apresentar propostas para ingresso no Sistema UAB.

Desta forma, a partir do Edital UAB 2, a UNEMAT passa a integrar o Sistema UAB, sendo contemplada com aprovação de oferta inicial do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e do Curso de Licenciatura em Física, nos Polos de Apoio Presenciais de Mato Grosso de Alto Araguaia, Barra do Bugres, Jauru e Sorriso.

A partir de 2009, o Ministério da Educação (MEC), transfere à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a operacionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e, a CAPES passa a abrir editais periódicos de chamadas para recebimento de propostas de cursos pelas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

Desde o Edital UAB 2 (2006), a UNEMAT vem participando do Sistema UAB, com a submissão de propostas de cursos de graduação e pós-graduação a distância. Os quadros seguintes apresentam os cursos ofertados pela UNEMAT, junto aos Polos de Apoio Presenciais do Sistema UAB de Mato Grosso, demonstrando assim a abrangência geográfica estadual da atuação da UNEMAT com a modalidade de educação a distância.

Na execução desses cursos superiores, a UNEMAT utiliza-se da infraestrutura dos Polos de Apoio Presenciais, que são mantidos, ou pelas Prefeituras Municipais ou pelo Estado de Mato Grosso. Estes (os mantenedores), são responsáveis pela oferta e manutenção da infraestrutura dos polos, o que inclui a estrutura física (prédio), de dados (Internet), pessoal e acadêmica (laboratórios, bibliotecas etc).

São Polos de Apoio Presenciais do Sistema Universidade Aberta (UAB) em Mato Grosso: Água Boa, Alto Araguaia, Arenópolis, Aripuanã, Barra do Bugres, Cáceres, Campo Verde, Canarana, Colíder, Comodoro, Cuiabá, Diamantino, Guarantã do Norte, Jauru, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Paranatinga, Pedra Preta, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, Sapezal, Sorriso e Vila Rica.

Os quadros seguintes apresentam os cursos ofertados desde 2010, como resultado da cooperação entre a CAPES, UNEMAT, municípios e o Estado de Mato Grosso.

Quadro. Cursos ofertados na modalidade a distância pela UNEMAT, via Sistema UAB no ano de 2010.

Curso	Polo de Apoio Presencial da UAB - Município
Bacharelado em Administração Pública	Alto Araguaia, Guarantã do Norte, Jauru, Juara e Pontes e Lacerda
Licenciatura em Ciências Biológicas	Alto Araguaia
Licenciatura em Física	Alto Araguaia, Barra do Bugres, Jauru, Nova Xavantina e Sorriso

Quadro. Cursos ofertados na modalidade a distância pela UNEMAT, via Sistema UAB no ano de 2011.

Curso	Polo de Apoio Presencial da UAB - Município
Especialização em Gestão em Saúde	Alto Araguaia, Guarantã do Norte, Jauru, Juara e Pontes e Lacerda
Especialização em Gestão Pública	Alto Araguaia, Guarantã do Norte, Jauru, Juara e Pontes e Lacerda
Especialização em Gestão Pública Municipal	Alto Araguaia, Guarantã do Norte, Jauru, Juara e Pontes e Lacerda



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Quadro. Cursos ofertados na modalidade a distância pela UNEMAT, via Sistema UAB no ano de 2012.

Curso	Polo de Apoio Presencial da UAB - Município
Bacharelado em Administração Pública	Alto Araguaia, Colíder, Guarantã do Norte, Jauru, Juara, Juína e Pontes e Lacerda
Especialização em Gestão em Saúde	Alto Araguaia, Guarantã do Norte, Jauru, Juara e Pontes e Lacerda
Especialização em Gestão Pública	Alto Araguaia, Guarantã do Norte, Jauru, Juara e Pontes e Lacerda
Especialização em Gestão Pública Municipal	Alto Araguaia, Guarantã do Norte, Jauru, Juara e Pontes e Lacerda
Licenciatura em Ciências Biológicas	Alto Araguaia, Jauru, Sorriso
Licenciatura em Física	Alto Araguaia, Barra do Bugres, Jauru, Nova Xavantina e Sorriso

Quadro. Cursos ofertados na modalidade a distância pela UNEMAT, via Sistema UAB no ano de 2013.

Curso	Polo de Apoio Presencial da UAB - Município
Especialização em Gestão em Saúde	Arenápolis, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Juína e Sapezal
Especialização em Gestão Pública	Arenápolis, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Juína e Sapezal
Especialização em Gestão Pública Municipal	Arenápolis, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Juína e Sapezal

Quadro. Cursos ofertados na modalidade a distância pela UNEMAT, via Sistema UAB no ano de 2014.

Curso	Polo de Apoio Presencial da UAB - Município
Bacharelado em Administração Pública	Alto Araguaia, Arenápolis, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Jauru, Juína, Pontes e Lacerda e Sapezal
Licenciatura em Ciências Biológicas	Alto Araguaia, Jauru, Sorriso
Licenciatura em Física	Alto Araguaia, Barra do Bugres, Jauru, Nova Xavantina e Sorriso
Licenciatura em Letras com habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa	Água Boa, Arenápolis, Aripuanã, Juara e Sapezal
Licenciatura em Letras com habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola	Comodoro e Guarantã do Norte
Licenciatura em Pedagogia	Aripuanã, Cáceres, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Diamantino, Juína, Nova Xavantina e Sapezal

Quadro. Cursos ofertados na modalidade a distância pela UNEMAT, via Sistema UAB no ano de 2017.

Curso	Polo de Apoio Presencial da UAB - Município
Bacharelado em Administração Pública	Alto Araguaia, Campo Verde, Juína, Pedra Preta, Pontes e Lacerda e Vila Rica
Bacharelado em Ciências Contábeis	Água Boa, Aripuanã, Colíder e Comodoro
Bacharelado em Sistemas de Informação	Pedra Preta, São Félix do Araguaia e Vila Rica



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Bacharelado em Turismo	Aripuanã, Guarantã do Norte e Sorriso
Especialização em Educação a Distância	Arenápolis
Especialização em Gestão em Saúde	Guarantã do Norte e Jauru
Especialização em Gestão Pública	Cáceres e Diamantino
Especialização em Gestão Pública Municipal	Alto Araguaia e Juara
Especialização em Gestão Universitária	Barra do Bugres
Especialização em Informática na Educação	Arenápolis e Diamantino
Especialização em Saberes e Práticas na Educação Infantil	Alto Araguaia, Arenápolis, Barra do Bugres, Colíder e Pontes e Lacerda
Especialização em Gestão Escolar	Sorriso
Licenciatura em Artes Visuais	Cuiabá e Sorriso
Licenciatura em Ciências Biológicas	Alto Araguaia, Jauru e Sorriso
Licenciatura em Geografia	Água Boa, Arenápolis, Comodoro, Juara, Primavera do Leste e Sapezal
Licenciatura em História	Barra do Bugres, Diamantino, Juara, Sapezal e Sorriso
Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola	Cáceres, Colíder e Cuiabá
Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa	Juína, Primavera do Leste e São Félix do Araguaia
Licenciatura em Matemática	São Félix do Araguaia
Licenciatura em Pedagogia	Arenápolis, Aripuanã, Barra do Bugres, Campo Verde, Comodoro, Diamantino, Jauru, Juína, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, São Félix do Araguaia, Sorriso e Vila Rica

Quadro 6. Cursos ofertados à distância em parceria UNEMAT/UAB em 2021.

Curso	Polo de Apoio Presencial da UAB - Município
Bacharelado em Administração Pública	Alto Araguaia, Arenápolis, Cáceres, Ribeirão Cascalheira e São Félix do Araguaia.
Licenciatura em Artes Visuais	Água Boa, Cuiabá, Primavera do Leste, Sorriso e Sapezal
Licenciatura em Geografia	Aripuanã, Barra do Bugres, Campo Verde, Pontes e Lacerda e São Félix do Araguaia
Licenciatura em História	Alto Araguaia, Colíder, Jauru, Juína e Lucas do Rio Verde
Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola	Canarana, Cuiabá, Nova Xavantina, Porto Esperidião e Vila Rica
Licenciatura em Matemática	Canarana, Comodoro, Jauru, Porto Esperidião e Vila Rica.
Licenciatura em Pedagogia	Água Boa, Barra do Bugres, Diamantino, Guarantã do Norte e Sapezal

Pode-se observar pelos quadros apresentados, de cursos e polos, a abrangência geográfica de atuação da UNEMAT, no Estado de Mato Grosso, nesta modalidade de ensino, na oferta de cursos superiores. As vagas e os polos foram definidos conforme demanda apresentada pelas regiões.



Mas, apesar dos polos estarem sediados no território mato-grossense, a abrangência dos cursos ultrapassa as fronteiras dos entes federados, como por exemplo o município de Alto Araguaia-MT, que faz divisa com o Estado de Goiás e a cidade vizinha de Santa Rita do Araguaia – GO, atendendo a população dessa cidade.

Em 2022 a UNEMAT possui 1.165 alunos matriculados nos cursos de graduação em educação a distância. É neste cenário que se inscreve atualmente a educação a distância da Universidade do Estado de Mato Grosso.

1.3 A UNEMAT e o Sistema Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por instituições públicas de educação superior, que oferecem cursos de nível superior por meio do uso da metodologia da educação a distância para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O sistema UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800/2006, para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

A UNEMAT, através da DEAD de acordo com os objetivos estabelecidos nas relações institucionais se propõe a expansão pública do ensino, considerando os processos de democratização e acesso, além do aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios. Ademais, realiza sistematicamente avaliação da educação superior a distância, tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo Ministério da Educação, além de delineamento de política institucional, com vistas a tomadas de decisão e melhoria do processo de ensino aprendizagem.

A parceria UNEMAT/UAB, dentre suas várias ações, prioriza a oferta de formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública que ainda não tem uma graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também oferta cursos destinados à formação de dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica. Além disso, busca reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior no estado e possibilita o atendimento amplo às demandas por formação.

1.4 Fundamentação Legal do Projeto Pedagógico de Curso

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas visa atender às exigências sociais e às atuais concepções sobre o processo de aprendizagem, fundamentando-se na legislação que baseia o ensino no cenário nacional. Dessa forma, a organização da estrutura acadêmica do Curso é construída em consonância ao que prescreve a legislação vigente:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 10.861/2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES;
- Decreto nº 5.800/2006: Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB;
- Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia: MEC, 3ª Edição, 2016;
- Resolução Normativa CFA nº 505/2017: Dispõe sobre o registro no Conselho Regional



de Administração, dos diplomados em Cursos Superiores de Tecnologia conexos à ciência da Administração;

- Resolução CNE/CES nº 07/2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (PNE);

- Resolução CNE/CP nº 1/2021: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

Também foram observadas as normas internas da UNEMAT, dentre as quais destacam-se:

- Resolução nº 8/2011 - CONEPE: Regulamenta a Criação e as Atribuições do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso;

- Resolução nº 54/2011 - CONEPE: Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT;

- Resolução nº 36/2012 - *Ad Referendum* do CONEPE: Altera, revoga e inclui dispositivos à Resolução nº 054/2011 – CONEPE (Homologada pela Resolução nº 8/2013 - CONEPE);

- Resolução nº 56/2015 – CONEPE: Altera, revoga e inclui dispositivos à Resolução nº 054/2011 – CONEPE;

- Resolução nº 83/2015 – CONEPE: Altera o artigo 8º da Resolução nº 56/2015 - CONEPE;

- Resolução nº 113/2015 – CONEPE: Revoga o artigo 147 da Resolução nº 54/2011 - CONEPE;

- Resolução nº 6/2016 – CONEPE: Altera e inclui dispositivos à Resolução nº 54/2011 – CONEPE.

- Resolução nº 28/2012 - CONEPE: Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Bacharelados da UNEMAT;

- Resolução nº 100/2015 - CONEPE: Aprova alteração na Resolução nº 028/2012- CONEPE e 029/2012- CONEPE, que dispõe sobre Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT;

- Resolução nº 30/2012 - CONEPE: Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT;

- Resolução nº 55/2015 - CONEPE: Altera a Resolução nº 30/2012 - CONEPE.

- Resolução nº 87/2015 - CONEPE: Dispõe sobre a Política de Mobilidade Acadêmica no âmbito da graduação na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT;

- Instrução Normativa nº 1/2015 - DEAD: Dispõe sobre os procedimentos para elaboração de Trabalho de Conclusão de Cursos dos cursos vinculados à Diretoria de Gestão de Educação a Distância;

- Instrução Normativa nº 3/2019-UNEMAT: Diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação;

- Instrução Normativa nº 5/2020 - UNEMAT: Estabelece a forma de apresentação e de participação virtual em bancas examinadoras de qualificação, defesa de projeto ou de defesa final de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC);

- Resolução nº 10/2020 - *Ad Referendum* do CONEPE: Regulamenta as Atividades Complementares no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, para os cursos de Graduação, em todas as suas modalidades (Homologada pela Resolução n.º 23/2020 – CONEPE);

- Resolução nº 11/2020 - *Ad Referendum* do CONEPE: Dispõe e regulamenta sobre a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso (Homologada pela Resolução nº 24/2020 - CONEPE);

- Resolução nº 33/2021 - CONEPE: Regulamenta o preenchimento de vagas remanescentes nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso.

1.5 Justificativa da Criação do Curso – do Contexto Econômico e Cultural

Orientados pelo princípio da inclusão social, da democratização cognitiva, do espírito da ciência e da universidade que atenda às demandas de grupos sociais populares para o



desenvolvimento social, a Universidade do Estado de Mato Grosso acolhe o desafio de substanciar processos formativos afirmativos que estão em consonância com práticas sociais que configuram os ideários e a organização socioeconômica, cultural e ambiental dos territórios no Estado de Mato Grosso.

Consideramos que a mobilização e a proposição dos movimentos sociais, das comunidades e de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis estão em processo ativo de geração de uma cultura de trabalho para a geração e distribuição de renda. A política econômica dominante orientada pelo estado e o mercado liberal desprezaram e negaram a possibilidade de crescimento e desenvolvimento da organização, da cultura e da produção associada. Muitas iniciativas de grupos sociais populares são avaliadas como atrasadas, incapazes de se inserir no mercado e de incorporar processos tecnológicos para a otimização da produção, da gestão e da comercialização.

A capitalização da economia, como iniciativa de modernização, foi a operação de um projeto estratégico que teve como expressões os pacotes tecnológicos que representam formas de invasão cultural e de colonização de práticas e de tecnologias locais. Para operacionalizar a modernização o estado brasileiro gerou, com maior intensidade a partir dos anos de 1960, políticas de formação de profissionais com competências e que tinham na ciência a capacidade de praticar os métodos e as técnicas que condizem com os preceitos descritos nas tecnologias exógenas. Para alcançar êxito nesta política, foram criadas diversas universidades com cursos que atendessem às demandas da capitalização das relações de trabalho. Os centros de pesquisa foram estruturados, capacitando profissionais para disseminar na agricultura, na indústria, no comércio, a ciência produzida, para a modernização dos setores de produção, sem, no entanto, desenvolver as relações sociais na totalidade, causando situações estruturas-sociais de centros econômicos dinâmicos e por outro lado de espaços urbanos e rurais de representam bolsões de pobreza e de exclusão social.

A modernização da economia brasileira não considerou as diversidades dos contextos. Os saberes dos camponeses e dos agricultores familiares, dos artesãos, dos operários foram anulados. A relação do técnico com os diferentes atores sociais de produção foi unilateral e unilinear. O contexto modernizador gerou cenários de expulsão, de marginalidade social e econômica, de negação da biodiversidade e da sócioidiversidade. A concepção de ciência dominante é simplificadora. Se as estatísticas mostram o crescimento do volume de produção, demonstram também a concentração da propriedade produtiva, a dependência da economia brasileira aos centros modernos do mercado global, da degradação ecológica, do empobrecimento do trabalhador do campo e da cidade.

Ao se colocar a organização social e econômica brasileira na efetividade da concorrência e da competitividade capitalística, foram impostas formas de relações sociais e econômicas destruidoras das tradicionais convivalidades que têm a solidariedade e a cooperação como fundamentos éticos instituintes da racionalidade humana e ecológica. A universidade fez parte deste processo. Organizou-se para gerar competências para modernizar e capitalizar o espaço e o tempo do trabalho, da geração e da destruição de renda.

Podemos agora, ao realizar a crítica, não mais simplesmente propor a reprodução da caminhada modernizante e excludente, que despreza os saberes e as experiências dos grupos sociais, os processos de auto-organização do trabalho associado, a diversidade cultural e biológica. A universidade mobiliza os seus recursos e pesquisadores/as para formar uma rede de produção, gestão e socialização da ciência e das tecnologias adequadas que promovam e desenvolvam as experiências e as competências dos grupos e dos empreendimentos econômicos solidários. Os novos conhecimentos serão resultantes da potencialização das capacidades e das respostas às necessidades dos grupos, das organizações e dos sujeitos sociais implicados nas práticas sociais de economia solidária.

Para apreender as diversidades das organizações sociais de trabalho e desenvolver as suas potencialidades, a universidade em diálogos com as organizações sociais de trabalho associado necessitam construir metodologias de participação e de corresponsabilidades que correspondem a processos interinstitucionais e interacionais através dos quais há uma correlação de conhecimentos e de problematização dos ambientes, tanto o universitário quanto o dos grupos e organizações



sociais, provocando atitudes abertas de reaprendizagem e ressignificação dos conhecimentos e dos métodos.

Este enfoque muda radicalmente os procedimentos. Não compreendemos que o mercado seja a finalidade, este é um meio de intercâmbio de experiências e de trocas comerciais. A ciência e a tecnologia não provêm de pacotes, serão feitas a partir da experiência. A agricultura de base agroecológica não absorve a demanda de energias externas, será feita a partir dos contextos culturais e ecológicos que formam sistemas complexos. Avaliamos, a natureza é complexa. Podemos questionar, como compreender as relações incertas que a auto-organização constitui? Não prenderemos o contexto sociocultural na perspectiva do mercado e na empresa capitalista. A proposição está na afirmação da economia que considere a diversidade social, que empodera os grupos sociais, que desenvolve a autogestão, que compartilha os processos e os resultados das organizações produtivas. A economia que propomos desenvolver é solidária e de cooperação, por isso da formação de tecnólogos de gestão de cooperativas, empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis para a otimização dos sistemas de produção locais. Para fazer esta economia, os sujeitos sociais que nela se implicam precisam ser competentes, para a organização de empreendimentos singulares, além das redes de colaboração e de cooperação.

O oferecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela UNEMAT se faz necessário em função de atendimento aos anseios e às comunidades, dos grupos sócio produtivos, das organizações de trabalho associado, para a capacitação e a habilitação em termos de planejamento, administração, monitoramento, avaliação de sistemas de produção, de comercialização e de consumo que englobam os princípios de campos científicos, tecnológicos e de práticas sociais como a economia solidária, a economia camponesa e a agroecologia.

Portanto, este curso de graduação está sendo proposto para atender demandas oriundas de trabalhadores que compõem os biomas do cerrado, do pantanal e amazônica. Estes territórios e ecossistemas possuem além da diversidade biológica, complexos sistemas culturais, economia sustentadas na agropecuária, uma enorme área agricultável, centenas de famílias em assentamentos de reforma agrária, em comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Os ecossistemas traduzem desafios a partir das diversidades biológicas, a conjugação do desenvolvimento socioeconômico via produção-transformação de produtos agropecuários, do extrativismo (vegetal e animal) aliada à conservação ambiental.

Nos diferentes territórios, as organizações de trabalho associado, experiências dos grupos sociais e das comunidades, há carências de profissionais que entendam a lógica, as necessidades, as limitações e as potencialidades do/as trabalhadores/as associados/as. A inteligência a ser formada é a que se adequa às especificidades das organizações do trabalho associado, enquanto agentes econômicos e culturais inseridos em processos de produção e reprodução em contextos ambíguos e contraditórios de mercados de competição e de empreendimentos de cooperação.

Coloca-se então em relevância a capacidade tecnológica dos trabalhadores e das trabalhadoras substancializar em referências científicas e nos saberes experienciais para o pensar e o fazer prático na valorização e na potencialização do modo de produção agroecológico e da economia solidária, com a organização e a gestão de organizações cooperativas, para gerar trabalho e renda no campo e na cidade, na articulação de mercados, com a funcionalidade dos complexos sistemas de comercialização e de consumo solidários. A formação é uma demanda social das organizações de trabalho associado presentes e atuantes nos territórios três ecossistemas que reclamam a necessidade das ciências e das tecnologias adequadas para o desenvolvimento socioeconômico realizado por pessoas com competências para entender o agir em relação ao planejamento, a inserção no mercado, à participação efetiva dos/as associados/as nos empreendimentos econômicos.

A organização socioeconômica ocorre em ambientes naturais e culturais que envolvem setores produtivos como a agricultura camponesa e familiar, o extrativismo, as atividades artesanais, as manufaturas em espaços urbanos. A economia que nos referimos são organizações cooperativas singulares, cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, que em situações mais simples ou mais complexas constituem redes de cooperação territorial. As organizações sociais de



trabalho associadas demandam conhecimentos científicos e tecnológicos para a efetividade da gestão para o desenvolvimento das localidades e dos territórios a partir dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.

Além de centrar a inteligência nas organizações de trabalho associado, os sistemas econômicos representam a necessidade e a potencialidade de proporcionar a produção e o consumo de alimentos saudáveis, melhor aproveitamento dos potenciais dos agroecossistemas, além da tradicional busca do aumento da produção-produtividade-desempenho, tem-se como meta a ampliação do nível de segurança-soberania alimentar, a otimização do abastecimento, o aumento do valor dos produtos via processamentos, a melhorar a qualidade dos alimentos (valor biológico), bem como das condições do bem viver no campo e na cidade. Para isso, é necessário que se desenvolvam tecnologias sociais adequadas aos cenários, a pesquisa-ação-participante e que se ofereçam oportunidades de formação profissional e tecnológica na gestão cooperativa. Este curso representa a possibilidade concreta da busca deste mister.

A UNEMAT, através da criação desse curso, contribuirá para que se possa acelerar o desenvolvimento de diferenciados modelos de produção associados/cooperativos, criando cenários econômicos e culturais para a efetividade das ciências e das tecnologias adequadas aos ambientes naturais e aos contextos de organização do trabalho associado.

O enfoque técnico do curso, fundamentado na socioeconômica solidária, na economia camponesa e na agroecologia, justifica-se por estes referenciais teóricos, metodológicos e produtivos terem como base o etno conhecimento, a biodiversidade e a produção em cenários de escassez, o que conduz à redução da dependência das organizações econômicas em relação aos fornecedores externos de crédito, insumos, energia, informações e serviços, e que permite produções crescentemente autossustentáveis, por ser ecologicamente prudente, socialmente equitativa, sanitariamente sadia, politicamente inclusiva, tecnicamente construtivista, paradigmaticamente sistêmica e economicamente viável.

1.5.1 Da Socioeconomia Solidária e da Economia Camponesa na Inter-relação com a Gestão de Cooperativas

A socioeconomia solidária e a economia camponesa fundamentam suas proposições científicas e político-culturais em abordagens das teorias sociais críticas, portanto da economia política, e tem como fundamento a leitura das contradições históricas elaboradas e realizadas pelos diversos modos de produção. Vale ressaltar que o caminhar dos grupos sociais, das comunidades e das organizações econômicas do trabalho associados estão relacionados com as materialidades que vão se estruturando ao longo da existência. Neste sentido, as formações sociais estruturadas são sempre resultantes das opções que os homens concretos vão formando na sua história.

Desta forma, ao vivermos na contemporaneidade uma concepção dominante de economia que se embasa no império das leis de mercado livre, é porque há uma teoria, no sentido do fazer ver, que apregoa que este é o melhor caminho para a felicidade da humanidade. A teoria liberal da economia assenta suas afirmações e pressupostos em princípios que geram a competição, a concorrência e o individualismo. Este olhar retrata a existência humana numa contínua capacidade de tornar competente porque está numa relação de guerra com o outro. A ideia fundamental é conseguir crescer, ter sucesso com a eliminação daquele que representa um perigo para a existência pessoal e/ou empresarial. O resultado desta filosofia é a geração de monopólios empresariais transnacionais que concentram a maior parte das riquezas produzidas pela humanidade. Um segundo corolário são milhões de seres humanos vivendo na miséria.

Constatar esta configuração da cultura humana não é suficiente para o pensamento social crítico. Há de reconhecer que a formação social capitalista apesar de dominante não é a única existente. Neste sentido, há a construção de saberes que evidenciam a existência de relações humanas que embasam suas ações em concepções que tem como princípios orientadores a solidariedade, a cooperação, a coletividade (onde há respeito às individualidades), a complementaridade, o reconhecimento das diversidades socioculturais e biofísicas. Ao saber das



configurações sociais não capitalistas, e que se apresentam como contradição à ideologia dominante, o pensamento crítico eleva a forma de fazer e de pensar das configurações sociais que labutam e colaboram com uma construção de realidades sociais solidárias.

Neste sentido o pensamento crítico é propositivo, e esta é uma das suas dimensões fundamentais. As ciências econômicas, alicerçadas na socioeconomia solidária devem gerar competências, tanto políticas quanto científicas que capacitem os tecnólogos em gestão cooperativa, formados neste curso: planejar, executar e avaliar os contextos e os cenários favoráveis à viabilidade da dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.

A competência política deve-se dar para a compreensão dos sentidos e dos significados das relações sociais e econômicas que ocorrem em estruturas que estão em bases de classes sociais, portanto de desigualdades sociais. Estas dimensões ocorrem principalmente nas relações de mercado capitalista globalizado dominado por aglomerados transnacionais que estabelecem as condições de produção, da comercialização, do consumo, dos sistemas de crédito e das tecnologias. Interpretar as relações macroestruturais são por excelência, necessárias para estabelecer estratégias de consolidação de projetos com viabilidade social e econômica embasados nos princípios das redes de cooperação e de colaboração solidárias. As ciências sociais aplicadas têm os instrumentos de análise que proporcionam a lucidez para a apreensão das realidades e da economia política que orienta as ações das políticas nacionais e transnacionais.

A perspectiva fundante das ciências sociais aplicadas, orientadas para a socioeconomia solidária não se restringe aos processos macroestruturais, embora sem estes se torne um conhecimento ingênuo e inválido para as próprias práticas sociais da organização do trabalho associado, que tem na cooperação e na solidariedade seus princípios fundantes. Neste desenho socioeconômico ilustramos que as relações microestruturas que implicam as intersubjetividades, as organizações, os movimentos sociais, os empreendimentos econômicos solidários e as redes de colaboração solidária, são processos estruturantes de representações e ações coletivas que se propõem a gerar uma cultura de pensamento, que ao analisar as estruturas macroestruturais, vincula às práticas sociais dos espaços cotidianos aos processos microestruturais. Os cientistas sociais em geral e os tecnólogos em gestão de cooperativas, enquanto políticos e cientistas, tornam-se sujeitos que se co-responsabilizam com os demais sujeitos sociais implicados na construção de condições e relações econômico-solidárias.

Para a concretização deste objetivo, no processo formativo é necessário o desenvolvimento de saberes e competências que possibilitam aos tecnólogos em gestão cooperativa implantar metodologias de planejamento, execução e avaliação que sejam participativas e democráticas, portanto que sejam construídos os planos de desenvolvimento social com inserção nos contextos econômicos e com a implicação direta de todos os sujeitos definidos das direções a serem tomadas.

A inserção requer correspondente reconhecimento das diversidades socioculturais. Neste sentido o cientista-tecnólogo, educado numa visão popular, sabe que não é possível a aplicação linear e a-histórica de modelos pré-definidos. A socioeconomia solidária elucida as maneiras distintas que os grupos sociais interpretam a vida, estabelecem valores, julgam necessidades e se organizam para responder às suas possibilidades e às projeções técnicas e culturais de processos de organização social. Definida desta forma podemos aferir que estamos nos alicerçando no sentido de uma epistemologia da pertinência social das ciências e da adequação sociotécnica das tecnologias. Convenhamos, como podemos imaginar administrar empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação, que são diversos e desiguais com modelos fechados? Apreender a complexidade e as relações sistêmicas de vida das pessoas e das organizações são os grandes desafios para as ciências sociais aplicadas.

A afirmação da diversidade cultural está associada à biodiversidade. A afirmação neste sentido necessita reconhecer a urgência de conhecimentos que considerem os fenômenos e os substratos biofísicos. Para o desenvolvimento sustentável, há a efetiva preocupação com os ecossistemas. Pensar e implementar sistemas de produção e de consumo que considerem as diversidades dos sistemas ecológicos e as implicações que estes têm nos sistemas produtivos, bem como a relação inversa, a relação dos sistemas produtivos nos ecossistemas, é um desafio



educacional e científico-tecnológico. Esta consideração é exigida de conhecimentos interdisciplinares, que projetam saberes incorporadores das múltiplas dimensões que são constituintes dos sistemas socioculturais e ambientais, por definição, complexas.

Se o pensar científico-tecnológico convencional tem como juízo de valor e prático máximo a viabilidade econômica, reduzida à produção de mercadorias e como resultado definitivo a avaliação de eficiência e eficácia na obtenção do lucro, a socioeconomia solidária subverte a ordem. A viabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários é uma das dimensões que deve ser considerada na organização da economia. Devem ser incorporadas para a análise da viabilidade as dimensões ambientais e socioculturais. Enfim, impor a ética à economia.

A ética da economia solidária, portanto dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, visualiza a terra, o trabalho, a cultura, não como variáveis simples de negócios, mas como unidades sociais de trabalho e de vida. A socioeconomia solidária tem como priorização o trabalho e não o capital. Desta forma, as organizações sociais do trabalho associado são espaços nos quais as pessoas se agregam cultural e economicamente para a produção da existência da vida e esta dimensão somente é possível quando é afirmado a ética do trabalho emancipador. O trabalho emancipador é exigido de processos de organização auto gerenciários que se centram nas práticas pedagógicas e políticas das coletividades mobilizadas e organizadas.

1.6 Objetivos

1.6.1 Objetivo Geral

Desenvolver curso Superior de Tecnologia em Gestão em Cooperativas, com ênfase na matriz paradigmática da socioeconomia solidária, para trabalhadores/as vinculados/as aos processos organizacionais de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS) em territórios do campo e da cidade, na perspectiva de formar profissionais voltados/as para os problemas e as potencialidades econômicas e culturais com competência tecnológica, de inovação de produtos, bens e serviços, com conhecimentos científicos e da política de mobilização para atuar de forma inserida e comprometida nas organizações de trabalho associado.

1.6.2 Objetivos Específicos

1 - Formar profissionais tecnólogos em gestão de cooperativas que compreendam criticamente os complexos contextos sociais e históricos contemporâneos e realizam de forma participativa a organização e avaliação de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis;

2 - Potencializar habilidades e competências cognitivas de pensar, fazer e selecionar tecnologias inovadoras adequadas à gestão de organizações solidárias, de caráter associativo e cooperativo;

3 - Socializar conhecimentos, técnicas e habilidades necessários de planejamento, elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos econômicos, sociais e de investimento em empreendimentos econômicos solidários;

4 - Preparar tecnólogos com bases cientistas e profissionais que desenvolvam investigações para entender as limitações e as potencialidades das organizações cooperativas, levando em consideração os cenários e as demandas de produção, de consumo e de comercialização, respeitando a capacidade de suporte dos agroecossistemas do cerrado, do pantanal e da Amazônia;

5 - Capacitar profissionais para elaborar, desenvolver e avaliar projetos para a gestão de cooperativas, numa perspectiva participativa e comprometida com a cultura dos grupos sociais, na construção de conhecimentos relacionados às práticas em gestão social, reconhecendo tecnologias, instrumentos, saberes e interesses relacionados à atividade produtiva nas organizações;



6 - Qualificar profissionais para compreender elementos e processos históricos, socioeconômicos e políticos que reconheçam os conhecimentos populares, os modelos tecnológicos e desenvolvam conhecimentos para a gestão cooperativa e o empreendedorismo solidário, formas organizacionais para a geração de trabalho e distribuição de renda;

7 - Fornecer elementos para a compreensão de dinâmicas sócio territoriais, redes de colaboração e de cooperação, com a realização de diagnósticos, análises, proposições e implantação de resoluções para problemas de desenvolvimento socioeconômico das comunidades e dos empreendimentos econômicos solidários;

8 - Propiciar a interação teoria-prática, a partir de conhecimentos acadêmicos, intervenções tecnológicas e sociais nas comunidades e nas organizações cooperativas para o planejamento, gestão e desenvolvimento da produção, comercialização e consumo em empreendimentos econômicos solidários.

1.7 Perfil do Egresso

Planeja e gerencia as atividades de cooperativas e seus respectivos negócios. Desenvolve, gerencia e incentiva as diferentes atividades referentes ao associativismo. Elabora e desenvolve projetos em comunidades rurais e urbanas. Implanta e gerencia os diversos setores de uma cooperativa. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação (Perfil Profissional de Conclusão - In.: Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, 2016, p. 41).

Cooperativas singulares, cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas. Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria. Órgãos públicos com atividades relacionadas a cooperativas. Sistema OCB/SESCOOP [UNICAFES, UNISOL, CONCRAB, UNICATADORES], Institutos e Centros de Pesquisa. Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente (Campo de atuação - In.: Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, 2016, p. 41).

1. A formação tecnológica em gestão de cooperativas a ser desenvolvida neste curso enfoca a formação teórica, histórica e tecnológica. Neste sentido, o/a tecnólogo/a em gestão de cooperativas deve saber sistematizar, discutir e distinguir as diferentes abordagens sobre os processos de organização cooperativa, compreendendo distintas e/ou contraditórias práticas econômicas, administrativas e culturais, as consequências e os desdobramentos nas práticas das relações sociais que as teorias provocam. Esta competência está associada a uma perspectiva histórica para saber interpretar os fenômenos organizacionais contemporâneos como resultantes de processos que se constituíram no decorrer da história. Esta compreensão conduz para a pertinência das ciências e das tecnologias no campo da gestão de cooperativas. Isto é, além da formação geral das ciências e das práticas de gestão os/as tecnólogos/as devem ter as competências específicas de análise e de ação voltadas para a aplicabilidade dos conhecimentos nos espaços e territórios da sua inserção, tendo a atitude ética e criativa que leva para a reconstrução das teorias e dos instrumentos econômicos tornando-os respostas adequadas para as problemáticas das comunidades e dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.

2. A formação científica e cultural pertinente à gestão democrática de organizações de trabalho associado, há a necessidade de apreender os fundamentos epistemológicos da socioeconomia solidária. Esta é a capacitação para o desenvolvimento de uma visão que compreenda a complexidade dos fenômenos humanos nas relações intersubjetivas, interinstitucionais e interculturais. Neste sentido o prefixo sócio carrega a significação das diversidades culturais, linguísticas, dos gostos e dos saberes que são constituintes das racionalidades sociais que representam os diversos grupos que formam as redes de colaboração e de cooperação. Ao respeitar o princípio da pertinência do conhecimento, as ciências que constituem o arcabouço do curso, não podem ser ensinadas, pesquisadas e aplicadas a partir de modelos pré-estabelecidos e fechados. O caminho da aprendizagem e das ações daí decorrentes se assentam em concepções abertas e que tem na cotidianidade das organizações socioeconômicas associadas



a fonte de informações e de desenvolvimento social. Inverte-se, neste sentido, a ordem geral do mercado global e universal, abstrato e exógeno, que se impõe às culturalidades localizadas, para o desenvolvimento de referenciais teóricos e metodológicos que tem na territorialidade o espaço e tempo da complexidade da existência humana e nela o desenvolvimento econômico, cultural e das capacidades políticas de auto-organização. Portanto, as ciências sociais aplicadas, que são orientativas da formação proposta, não são conhecimentos e práticas sociais destituídas das influências sócio históricas. Esta visão endógena das ciências sociais aplicadas, não é uma percepção que se fecha sobre si mesma, mas distintamente, que abre caminhos para as inter-relações e os intercâmbios de produtos, de processos e de experiências entre grupos sociais e econômicos. É neste sentido que a economia se torna solidária. Os valores éticos afirmados para promover as relações não são os da competição, da concorrência, do individualismo. A axiologia afirma que competência é resultante da cooperação, da colaboração, da solidariedade, da construção de coletividades nas quais as individualidades não são excluídas. A economia que se torna solidária é o rompimento com as relações de exploração do trabalho pelo capital, é a superação da mais-valia, é a economia da satisfação das necessidades, é a ultrapassagem das relações hierárquicas e o estabelecimento de processos auto gerenciários, é a economia do compartilhar, que tem no cuidado um valor central das suas práticas. A solidariedade é a que forma relações humanas que não deixam as pessoas dependentes, mas que torna as relações sólidas, daí a solidariedade, construída em bases sólidas.

3. Quando o cooperativismo é direcionado ao campo e à agricultura familiar, é necessário desenvolver competências para a análise e o planejamento da economia camponesa. Esta é um campo organizacional e de estudos que tem como orientativo propor ações, estudos e aprendizagens que se colocam na trajetória de metodologias que apresentam múltiplas relações que ocorrem nas redes e/ou arranjos de produção, de comercialização, de consumo, que implicam a natureza e os desejos humanos. A economia camponesa é o processo que apreende a diversidade cultural e a biodiversidade, que desenvolve métodos participativos, que tem como base de construção de paradigmas a existencialidade das pessoas e dos grupos sociais com os quais os/as formandos/as irão trabalhar. A economia camponesa, associada à perspectiva da economia solidária, tem como centralidade o conceito de trabalho, a autonomia dos sujeitos, o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, o planejamento, as ações e a avaliação comprometidos com o autodesenvolvimento e o estabelecimento de redes de cooperação e de colaboração solidária. Portanto, a economia camponesa é uma economia do complexo, que incorpora ao mesmo tempo a conservação da natureza e o reconhecimento da diversidade cultural. A economia camponesa não pode ser feita com pacotes tecnológicos importados, ela ao invés, assenta-se na percepção de pesquisa que tem nas experiências dos grupos sociais no seu laboratório. Isto é, a ciência se constrói na relação criativa e reconstrutiva no diálogo com o senso comum, do conhecimento profundo do campo e das relações que se estabelecem na comercialização e consumo com grupos sociais urbanos.

4. Para a efetividade da conservação dos ecossistemas há a premência do reconhecimento dos saberes e das tecnologias do paradigma da agroecologia que é orientador para a consolidação da sustentabilidade no espaço e no tempo da produção e do consumo. As práticas de não incorporação de agrotóxicos, de insumos externos, de sementes transgênicas, devem ser pensadas, pesquisadas, ensinadas e socializadas para a valoração dos saberes historicamente gestados, praticados e compartilhados. A agroecologia enquanto ciência e prática social é um caminho que apreende a valoração da vida, da dialogicidade dos saberes, do reconhecimento dos conhecimentos sobre a natureza, da valoração da natureza e de seus tempos, da diversidade das fontes de energia. A agroecologia é um processo que se fundamenta na complexidade e diversidade interdependentes dos sistemas naturais e culturais. Portanto, ela é um jeito de fazer e de conhecer que sabe da solidariedade sincrônica, com as gerações presentes e a solidariedade diacrônica, com as gerações futuras, tanto com os bichos humanos quanto dos outros bichos, águas e plantas.

5. Neste sentido, a responsabilidade na formação proposta tem o intuito de formar profissionais que:



- a. Tenham compromisso com a ética de atuação profissional e com as organizações democráticas nas organizações cooperativas;
- b. Tenham capacidade de pesquisar, desenvolver e implementar processos de gestão participativos e auto gerenciários para a valoração dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, compatíveis com o processo social, econômico, político, cultural e ambiental dos territórios do Estado de Mato Grosso;
- c. Desenvolvam a capacidade de identificar problemas-potencialidades que afetam o desenvolvimento social das comunidades e das formas de organizações associadas para construir soluções factíveis e autossustentáveis;
- d. Sejam capazes de sensibilizar-estimular-motivar a práxis da cooperação, da participação, do associativismo, do cooperativismo e das ações solidárias em redes de colaboração de cooperação;
- e. Tenham clareza que a organização de sistemas de produção nos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis integra um sistema amplo e complexo de contextos de desenvolvimento humano;
- f. Tenham capacidade de promover a articulação da produção, a comercialização e o consumo com outras áreas importantes para o desenvolvimento pleno das comunidades (social, econômica, cultural, ambiental, industrial);
- g. Tenham capacidade de comunicar, interagir, pesquisar, aprender, ensinar e construir com a comunidade, visando o desenvolvimento associado, o protagonismo, a autonomia, a cidadania, a autogestão e a autossustentabilidade.
- h. Comprometem-se com o etno conhecimento e com o desenvolvimento de configurações sociais solidárias, democráticas, num cenário de diversidade cultural.

2. METODOLOGIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2.1 Extensão universitária

O Projeto Pedagógico do Curso Tecnológico em Gestão Cooperativa, cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de Extensão universitária e garantir as relações interdisciplinares e/ou transdisciplinares e interprofissionais da universidade e da sociedade.

O PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/1996); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e na Política de Extensão da UNEMAT (Resolução nº 38/2021 - CONEPE), de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da matriz curricular.

A creditação de extensão é definida como o registro de atividades de Extensão no histórico escolar, nas diversas modalidades extensionistas, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão (ACE) a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado por docente ou técnico efetivo com nível superior. As ACEs fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular. O curso garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACE'), nas seguintes modalidades: a) em projetos de extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas; b) em cursos, na organização e/ou como ministrantes; c) em eventos, na organização e/ou na realização.



As ACEs serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.

2.2 Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação

O objetivo metodológico de ensino é a geração de atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e da construção coletiva de soluções para as situações vivenciadas nos empreendimentos econômicos solidários. Neste sentido há uma correlação da aprendizagem teórica e das práticas sociais vivenciadas nos espaços de aprendizagem no tempo-escola, da organização curricular da universidade, e do tempo comunidade, da inserção em espaços das organizações de trabalho associado.

Para a efetividade da aprendizagem de inserção, as dinâmicas pedagógicas são articuladas em círculos pedagógicos e que representam dois percursos complementares de formação e que tem os seguintes significados.

O primeiro percurso fortalece o conhecimento coletivo com momentos de fundamentação teórica, problematização e interação. Este percurso ocorre em três momentos.

- a) Momento Fundamentação: os pontos que fundamentam o debate teórico a respeito dos temas que se relacionam com o projeto de desenvolvimento das tecnologias da gestão cooperativa;
- b) Momento Problematização: temáticas que são problematizadas pelos participantes, buscando uma abordagem prática dos assuntos desenvolvidos na fundamentação;
- c) Momento Interação: desenvolvimento de dinâmicas que facilitem a socialização das temáticas que fundamentam em material, debatendo a problematização proposta.

O segundo percurso é um processo de implementação das propostas geradas no curso junto às Cooperativas, multiplicando propostas e resultados. Esta ocorre em dois momentos:

- a) Momento Multiplicação: são construídas propostas sobre a forma de multiplicar o conhecimento, buscando facilitar a aplicação prática junto às cooperativas;
- b) Momento Internalização: análise dos pontos trabalhados no eixo Multiplicação, verificando a apreensão e o quanto os assuntos desenvolvidos poderão ser internalizados nas Cooperativas.

2.3 Residência Social - Estágio Curricular Supervisionado

A residência social é a inserção dos estudantes em atividades planejadas e programas sob a supervisão de professores. A inserção irá ocorrer em experiências de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis e representam relações pedagógicas de profissionalização no campo da gestão cooperativa.

O estágio supervisionado, totalizando 180 horas correspondentes a 9,37% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio da UNEMAT, norteado pela Resolução nº 028/2012 - CONEPE.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado serão realizadas durante os semestres IV, V, VI, e deverão contribuir na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio das pesquisas e práticas profissionais às atividades didáticas de trabalho transdisciplinar e integradas a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. Vale destacar, que primeiramente os estudantes irão vivenciar as atividades de observação e sistematização das experiências de inserção com os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis no transcorrer do curso no Tempo Comunidade.

Assim a pesquisa, o estágio e a inserção social caminham articuladas, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo ligações entre as práticas sociais e os referenciais teóricos, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico para a produção social de conhecimentos pertinentes.



Caberá aos professores e à coordenação pedagógica a orientação aos estudantes sobre a execução da vivência social - estágio curricular supervisionado, e aos tutores a intermediação com as organizações do campo de Estágio.

2.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Para contribuir também com a formação integral do profissional do curso superior em tecnologia em gestão cooperativa, a estrutura curricular se compõe com o tempo do Trabalho de Conclusão de Curso. Este tempo-espço didático é pensado como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de gestão de cooperativas.

O trabalho de conclusão de curso está previsto para sua realização no sexto semestre, com carga horária de 60h. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fenômeno, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da gestão de cooperativas. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.

A vivência social e o estágio curricular supervisionado são bases das práticas pedagógicas para o diagnóstico dos estudantes da realidade social e no desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso na forma de monografia. No Trabalho de Conclusão de Curso o estudante deverá ter executado sua proposta de pesquisa, analisado e interpretado os dados, substanciado teoricamente e concluído seu trabalho em linguagem acadêmica rigorosa e consistente.

O estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de monografia, conforme Resolução nº 30/2012-CONEPE e Instrução Normativa nº 1/2015 - DEAD.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras etc. devendo ser acompanhados pelo aluno, tutores, professores. Ao final do curso, os estudantes deverão apresentar os resultados através de um evento de extensão para a socialização dos conhecimentos produzidos.

Caberá ao Professor da disciplina, a orientação e facilitação sobre os procedimentos a serem adotados, modelos a serem seguidos e dúvidas quanto à elaboração do trabalho. Caberá aos professores e Tutores a Distância o papel de Orientadores quanto a conteúdo e formatação dos trabalhos. Caberá aos Tutores presenciais o papel de fiscalizar o cumprimento dos prazos/etapas e envio das atividades, bem como entrar em contato com o orientador, caso o aluno tenha alguma dificuldade.

2.5 Metas e estratégias de formação e avaliação

a. Constituição das turmas:

1. Meta: uma turma de 150 educandos/as em curso superior de tecnologia – formação tecnólogo.
2. Estratégia: realizar o processo seletivo e utilizar a organização da Educação à Distância da UNEMAT e os espaços físicos dos polos de apoio presenciais.

b. Professores

1. Meta e Estratégia: realizar processo seletivo específico para a seleção de professores.

c. Titulação

1. Meta: 150 tecnólogos em gestão cooperativa com ênfase em socioeconomia solidária, economia camponesa e agroecologia.
2. Estratégia: acompanhamento pela equipe de coordenação pedagógica e político-administrativo do curso, visualizando o desempenho individual nas disciplinas, nas inserções problematizadoras e nas estratégias de recuperação individualizadas para os que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

d. Aprovação em disciplinas/desistência/evasão/reprovação

1. Meta: aprovação em todas as disciplinas ofertadas, e estímulo para a não desistência-



abandono através da coordenação do projeto, onde serão envidados esforços pedagógicos para o efetivo processo de capacitação-ensino-aprendizagem.

2. Estratégia: acompanhamento individualizado durante o tempo escola e o tempo comunidade, acompanhamento da supervisão pedagógica identificando problemas e propondo soluções, e execução de atividades, em bases processuais. Realização de repercurso (2 semestres).

2.6 Acompanhamento Pedagógico e Avaliação

No sistema de avaliação do curso prevalecerá a construção de conhecimentos, em detrimento ao repasse de informações, sendo pautado a partir da problematização dos referenciais teórico-metodológicos das disciplinas e da vivência em grupos de aprendizagem. O fundamental é o desenvolvimento do educando no decorrer do processo educativo, levando-se em consideração as condições iniciais, os objetivos e as metas propostas pelo projeto.

Nessa perspectiva, a análise do processo proporcionado pela universidade, curso, educando, comunidade (empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis) e a síntese pessoal do estudante são componentes fundamentais do processo avaliativo. Assim, cabe também a avaliação da atuação do professor por parte dos educandos, bem como, a avaliação do curso como um todo.

Dessa forma as estratégias de avaliação devem orientar-se pela participação, convivência social, comprometimento com os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, por meio de instrumentos coletivos e individuais, perpassando:

Os/as educandos/as

a. A vivência dos educandos num determinado componente curricular e entre componentes, os aprendizados nas disciplinas e nos trabalhos transdisciplinares;

b. O desempenho do educando considerando os objetivos do projeto, a interação com os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis e a capacidade de problematização e produção social de conhecimentos;

Os/as professores/as e tutores/as

A atuação dos/as professores/as e tutores/as a partir dos pressupostos político-pedagógicos do curso, a inserção nos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis via a orientação e diálogo com os estudantes e as comunidades.

O Curso

A análise da proposta do curso envolvendo os educandos, professores, tutores e responsáveis dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.

Dos Instrumentos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem do educando nas disciplinas que compõem cada módulo do curso se dará sob a seguinte estrutura:

1ª e 2ª Avaliações – representa o processo de aprendizagem do educando durante o Tempo Escola (TE), nas atividades disciplinares do empenho teórico e metodológico, será atribuída pelo professor, podendo ser utilizadas metodologias e instrumentos processuais para auxiliar a avaliação. O professor expedirá uma nota de (0,00 a 10,00) tendo peso de 50% do total.



3ª Avaliação – Será composta pelo Trabalho Transdisciplinar (TT) e Trabalho Individual por Disciplina desenvolvidos no TC, avaliado pelo professor da disciplina. A nota pode variar entre (0,00 a 10,0), com peso de 25% do total.

4ª Avaliação – Esta avaliação representa o acompanhamento realizado no Tempo Comunidade (TC) aos educandos e designa o processo de formação política/social e o compromisso do educando com os coletivos dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. A nota pode variar entre (0,00 a 10,0), com peso de 25% do total.

2.7 A modalidade a distância

A EaD oferece possibilidades de práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais de inserção em territórios e organizações de trabalho. As demandas de desenvolvimento social, e a educação decorrente, requerem organização de apoio institucional e mediação pedagógica para a efetividade dos processos educacionais. A ambiência da EaD é multidimensional, a interação entre professores, tutores, estudantes e técnicos gera relações dialógicas de aprendizagem que possibilitam a contínua vivência aprendente.

A ambiência de aprendizagem virtual é uma construção pedagógica complexa e coletiva, em que os sujeitos gnosiológicos do processo ensino-aprendizagem estão inseridos nas relações de busca e sistematização de conhecimentos. As equipes de gestão do curso, desde a concepção e construção o PPC, os estudantes e orientadores, são sujeitos ativos na implementação dos pressupostos e princípios epistemológicos articulados no projeto pedagógico.

As articulações vão desde a elaboração de materiais didáticos aos cuidados de recepção e entendimento intelectual dos estudantes. Implica a efetiva presença da coordenação administrativa e pedagógica do curso, dos professores formadores com didáticas adequadas ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem nos ambientes virtuais e dos momentos presenciais nos espaços de aprendizagem e de ação. Efetiva-se a atenção curiosa e a presença do orientador (tutor) tanto nos momentos virtuais quanto das presenças e inserções presenciais que celebra o monitoramento pessoal da aprendizagem e as dinâmicas grupais de aprendizagem.

Implicam-se ainda na execução e constante avaliação do curso o tecnólogo educacional (*instrucional designer*); o editor e o artista gráfico (*web designer*). Pela complexidade das relações e das atividades envolvidas, a modalidade de EaD necessita ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativa possui o envolvimento dos seguintes atores:

a) os estudantes: matriculados no curso e que irão se inserir nos ambientes virtuais e presenciais de aprendizagem; b) os professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs); c) professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso; d) tutores: bacharéis e/ou licenciados em ciências sociais e de educação com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes na aprendizagem; e) equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

2.7.1 Coordenação do Curso

A coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, vinculada à diretoria da DEAD/UNEMAT, terá como atribuições:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na instituição de ensino;
- Participar de grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;



- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador DEAD/UNEMAT;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar o coordenador DEAD/UNEMAT a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento;
- Auxiliar o coordenador DEAD/UNEMAT na elaboração da planilha financeira do curso.

2.7.2 Coordenação de tutoria

A Coordenação de Tutoria da DEAD, em relação ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, terá como atribuições:

- Participar das atividades de capacitação e atualização;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso;
- Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- Informar ao coordenador do curso a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento da bolsa;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- Encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

2.7.3 Sistema de Tutoria

O Sistema de Tutoria recebe atenção especial nas atividades da DEAD/UNEMAT, pois o papel desempenhado pelo tutor no processo de ensino-aprendizagem da educação a distância está no centro dos indicadores de qualidade do curso. A DEAD/UNEMAT, em parceria com a UAB, terá dois grupos de tutores: tutoria a distância e tutoria presencial.

A tutoria no curso Tecnológico em Gestão Cooperativa, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático do curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação à distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor participa da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói



conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados: a) ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; b) vídeo aulas e web conferências; c) múltiplos meios de comunicação: telefone, redes sociais, aplicativos de troca de mensagens instantâneas, *e-mail*.

2.7.3.1 Tutor a Distância

A relação entre o grupo de tutores a distância e os alunos será mediada por tecnologias de informação e comunicação, especialmente pelas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esses tutores trabalharão em consonância com os professores da disciplina e com os tutores presenciais e serão orientados pelas coordenações de Tutoria e de Curso. O processo de acompanhamento da realização das atividades se dará de forma intensiva e isso requererá do tutor a distância as seguintes atribuições:

- Auxiliar na realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Interagir com os alunos sob sua supervisão;
- Consultar o professor coordenador da disciplina sobre questões referentes ao conteúdo;
- Orientar o aluno sobre com quem falar para solucionar alguma outra dificuldade que não seja de sua competência;
- Consultar a coordenação de tutoria e professor da disciplina sobre dificuldades referentes à interação com os alunos.

2.7.3.2 Tutor Presencial

Os tutores presenciais serão professores selecionados por meio de um processo seletivo que considerará alguns critérios:

- Residir preferencialmente na região onde se desenvolve o curso;
- Apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- Demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenha enquanto orientador acadêmico;
- Participar das formações pedagógicas propostas pela UNEMAT.

São atribuições do tutor presencial, podemos destacar:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o docente e os discentes;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o docente da disciplina no desenvolvimento das atividades da disciplina;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela UNEMAT;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à



coordenação de tutoria;

- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos discentes no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

O tutor presencial deve ter disponibilidade para atendimento presencial no Polo de Apoio Presencial, com dias e horários pré-definidos e repassados aos alunos para os “plantões de dúvidas”, grupos de estudos, aulas de laboratório, aulas práticas e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os tutores presenciais têm como função acompanhar o desenvolvimento teórico (didático) do curso, estar presentes nas aulas práticas e nas avaliações que ocorrerem no polo de sua competência.

O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem no Trabalho de Conclusão de Curso.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, como se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se relaciona se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela UNEMAT antes do início do curso e ao longo do curso.

Os encontros presenciais serão eventos que envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. As atividades a serem contempladas podem incluir: avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, estágio, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Serão realizados encontros presenciais por módulo, nos finais de semana. Além disso, em disciplinas específicas serão realizadas em aulas presenciais nos polos, preferencialmente aos sábados. As aulas serão ministradas por professores formadores, e eventualmente, por tutores.

2.7.4 Professor Formador

Constituem atribuições do professor:

- Participar do curso de formação de professores em EaD;
- Elaborar o plano de ensino nos moldes apresentados pela coordenação da DEAD/UNEMAT;
- Adequar o plano de ensino conforme as sugestões do Coordenador de Curso;



- Elaborar, organizar e selecionar o conteúdo a ser disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem (materiais virtuais) vídeo-aulas (materiais audiovisuais) para os alunos;
- Fazer reuniões (presenciais e a distância) com os tutores a distância;
- Coordenar às atividades dos tutores a distância;
- Auxiliar a coordenação na orientação e treinamento dos tutores presenciais, principalmente se sua disciplina exigir trabalhos em laboratórios ou atividades práticas específicas;
- Apoiar a aprendizagem dos alunos, viabilizando materiais para aprofundamento ou recuperação sempre que necessário;
- Utilizar o relatório dos tutores para fechamento da unidade anterior, relacionando-a com àquela que se iniciará;
- Participar das reuniões da equipe pedagógica promovidas pela coordenação de curso ou pela coordenação da DEAD/UNEMAT;
- Cumprir com os prazos estabelecidos pela coordenação da DEAD/UNEMAT e da sua coordenação de curso.

2.7.5 Formação em EaD

Antes de iniciar o desenvolvimento dos materiais didático-pedagógicos para sua disciplina, o professor (coordenador de cada disciplina) e tutores presencial e a distância receberão uma formação intensiva direcionada à pedagogia da educação a distância, onde será levado a refletir sobre as peculiaridades desta modalidade de EaD. Esta formação está dividida em duas partes complementares: aprofundamento teórico sobre a temática educação a distância e orientações práticas sobre a forma de trabalhar o material didático-pedagógico para cursos a distância.

2.8 Material Didático

O controle da produção e distribuição do material didático será realizado pela Diretoria de Gestão de Educação a Distância – DEAD/UNEMAT e Coordenação do Curso, considerando os parâmetros de produção e fomento do Sistema UAB.

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico.

Os professores da UNEMAT poderão utilizar materiais já produzidos por instituições parceiras do Sistema UAB em acordos pré-definidos ou produção própria dos professores conteudistas da modalidade a Distância, ou ainda, poderão, a partir de sua área de conhecimento, responsabilizar-se pela concepção e produção de material didático para o Curso. No caso de produção própria os professores definirão os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, e contará com a equipe multidisciplinar como apoio pedagógico e da equipe de tecnologia para a produção do design gráfico e demais passos necessários. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da UNEMAT.

Cada material deverá conter os conteúdos básicos para cada disciplina, atividades para avaliar, a compreensão do que foi estudado e textos para leituras complementares selecionadas pelos professores. Poderão ser produzidas web aulas sobre os conteúdos e disponibilizadas para os alunos. Estas poderão ser assistidas on-line e também ser baixadas (download) para os mais diversos suportes midiáticos. Todos os atores da estrutura pedagógica da EAD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

2.9 Polos de Apoio Presencial

A Educação a Distância, embora prescinde da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, adota uma organização de sistema que possibilite o processo



de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Os processos de orientação e avaliação próprios;
- O monitoramento do percurso do estudante;
- A criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

2.9.1 A importância do polo para o ensino de graduação na modalidade a distância

A experiência de diversos países no ensino a distância de graduação mostra que os processos de ensino e aprendizagem são enriquecidos quando os estudantes dispõem de polos de apoio presencial. Estes servem como referência física para os alunos, oferecendo toda uma infraestrutura de atendimento e estudo e é o local onde são prestados os exames presenciais. Nesses polos os alunos contarão com:

- Salas de estudo; microcomputadores conectados à internet com multimeios e videoconferências;
- Laboratórios didáticos;
- Biblioteca;
- Recursos audiovisuais diversos;
- Seminários para complementação ou suplementação curricular.
- A contribuição desses centros para o ensino e a aprendizagem dá-se especialmente pela realização das seguintes atividades:
 - Tutoria presencial semanal, para esclarecimento de dúvidas;
 - Seminários presenciais, de introdução ou aprofundamento das disciplinas;
 - Tutoria a distância, através de videoconferência, Internet (em sala de Informática devidamente equipada) ou mesmo telefone.

Ao oferecer todos esses recursos, o Polo de Apoio Presencial contribui para fixar o aluno no curso, criar uma identidade dele com a Instituição e reconhecer a posição de liderança do município.

Graças à sua atuação diversificada, que vai além do ensino de graduação, o polo de apoio presencial cumpre outros papéis no desenvolvimento regional:

I. Cursos de extensão: voltados para o aprimoramento e a capacitação de professores da rede pública de ensino, aprimorando seus conhecimentos e disponibilizando novas formas de apresentação de conteúdos para os Ensinos Fundamental e Médio, nas grandes áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências sociais;

II. Atividades culturais: polos de apoio presencial realizarão conferências presenciais e será ponto de recepção de videoconferências; além disso, poderão disponibilizar videoclubes, apresentações de concertos e peças teatrais de grupos das universidades consorciadas;

III. Consultoria das universidades: os grupos de pesquisa e extensão dessas universidades consorciadas poderão participar diretamente na solução de problemas técnicos da comunidade.

2.9.2 Localização dos polos de apoio presencial

O presente curso será vinculado à Diretoria de Gestão de Educação a Distância – DEAD/UNEMAT e será ofertado nos Polos de Apoio Presenciais do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), autorizados pela Diretoria de Educação a Distância da CAPES e pelo CONSUNI.

2.10 Encontros Presenciais e Construção Pedagógica da Alternância

Os encontros presenciais são um movimento pedagógico, de inserção efetiva dos estudantes, dos professores e dos tutores em espaços pedagógicos dos tempos comunidade. A



creditação da extensão, pela metodologia da pedagogia da alternância, engloba as teorias e as práticas sociais de observação das realidades sociais e as inserções compromissadas com as comunidades e os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se organização de espaço-tempo de formação com palestras, aulas, observação de campo, registro de sistematização de situações problemas, visitas técnicas, integração social da comunidade acadêmica com as organizações locais e comunitárias, pesquisas desenvolvidas e avaliação do desempenho discente. É uma ambiência que se constitui no *continuun* entre os conhecimentos científicos, tecnológicos e os saberes cotidianos dos agentes sociais implicados na rede de formação e de organização social.

Para a implicação sistemática nas comunidades e nos grupos sociais complementamos a metodologia da DEAD com a proposição metodológica das práxis pedagógicas de alternância entre o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC) concepção educacional que traduz a relação de compromisso com a produção social de conhecimentos pertinentes e adequados para o desenvolvimento social.

Para melhor compreensão explicitamos a dinâmica pedagógica que implica a alternância. O TE é o momento virtual-presencial no curso onde o/a educando/a tem contato com o conhecimento científico sistematizado em disciplina que compõe o módulo determinado pela matriz curricular do curso. Neste tempo o educando desenvolve uma carga horária estruturada pelas disciplinas, tanto nas horas à distância quanto nas atividades orientativas presenciais. O TC, extensão creditada, é o momento de reflexão e articulação dos conhecimentos adquiridos no TE pelo educando, fazendo a relação entre os dois importantes tempos da formação do tecnólogo em gestão cooperativa, o conhecimento científico, os saberes e as experiências dos grupos sociais e das organizações associativas.

Na perspectiva do regime de alternância adotada, compreendemos o processo de aprendizagem relacional, onde se tem um início e um movimento de formação através das disciplinas do curso que se ligam e conduzem ao objetivo do curso, que é a formação de tecnólogos em gestão cooperativa, com ênfase na economia solidária.

Para isso, a cada novo TE há momentos e instrumentos de avaliação do TC, para que se reflita sobre as aprendizagens geradas, a fim de aprofundar o já existente e a partir disso produzir novos conhecimentos. Portanto, no regime de alternância há um fio condutor de todas as ações, a avaliação e a reflexão do que aprendido, do que já visto e refletivo, e, do já vivido para percepção do que é necessário aprofundar.

O TE e o TC são processos problematizadores que simultaneamente apreendem as teorias científicas e indagam os contextos vivenciados pelos sujeitos nas organizações associativas. Desta relação pedagógica surgem temas geradores que retratam as situações problemas vividas pelos educandos nas comunidades e nas organizações, através de processos dialógicos e participativos que esclarecem os contextos vivenciados e formativos. Os debates em torno da problematização das teorias e das realidades, representam a relevância social e epistemológica da construção de conhecimentos a partir da necessidade de aprofundar e de interpretar o existente, problematizando a possibilidade política e organizacional para a transformação da realidade social.

A construção epistemológica ocorre através de trabalhos transdisciplinares que acontecem em dois movimentos distintos e complementares. O primeiro envolve o processo de construção do conhecimento, englobando várias ciências para fazer a análise da temática geradora. Esta proposição está no campo da interdisciplinaridade. Além deste procedimento gnosiológico, portanto o segundo movimento, a transdisciplinaridade envolve a ação dos sujeitos sociais e cognoscentes. Neste sentido, o TC significa a mobilização de diversos conhecimentos e saberes associados à ação na, e, com a comunidade. É na interação comunitária que aparece e se constitui um espaço e um tempo de aprendizagem e de organização social.

Além do trabalho transdisciplinar o/a educando/a realiza no TC um trabalho individual por disciplina com o objetivo de aprofundar os conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos no TE.



Explicamos a organização dos dois trabalhos: trabalho transdisciplinar (TT) – este terá um objetivo geral que deverá ser traçado e discutido pelo coletivo dos educandos na escolha do tema gerador. Após o objetivo geral estabelecido cada educador que ministrou a disciplina no ensino à distância, deverá elaborar objetivos específicos da sua disciplina para a realização do TT explicitando o método de desenvolvimento do mesmo, visando aprofundar, interpretar e produzir novos conhecimentos a partir dos existentes, complementando as aprendizagens desenvolvidas no TE afim de refletir sobre o tema gerador.

O segundo trabalho, designado como trabalho individual por disciplina, tem como objetivo a continuidade e o aprofundamento dos conteúdos teóricos e metodológicos das ciências desenvolvidas durante o semestre letivo. O trabalho individual é elaborado pelo professor conforme a necessidade observada no TE e os objetivos da disciplina.

Na relação TE e TC, a pedagogia da alternância tem como fundamento societal e epistemológico a formação e o desenvolvimento de um conhecimento pertinente. A pertinência é um conceito desenvolvido por Edgar Morin (2001) e que diz referência à capacidade de relacionar a produção intelectual com os fenômenos vivenciados pelos sujeitos sociais e cognoscentes implicados nos processos de cognição. Esta situação leva a uma metodologia de problematização, conforme ensinou Paulo Freire (1983). Na perspectiva da educação problematizadora o futuro não é inexorável e o presente deve ser questionado e investigado. Ao proceder desta forma Freire e Morin colocam a ciência e a educação num caminho comprometido com a transformação da realidade vivida.

Neste sentido, a ciência, quanto à educação, tem como horizontes estabelecer critérios de verdades que sejam a própria expressão da transformação social. O conhecimento verdadeiro não é aquele que é fiel aos fatos e dados existentes, como estabelecem os preceitos da ciência positiva, mas que avança na direção de um projeto de sociedade modificável que dialetiza a relação entre o que é e o que dever ser. Neste sentido uma ciência transformadora é ao mesmo tempo descritiva, empírica (diz o que é), quanto normativa, revela a questão axiológica (diz como deve, ou como não deve ser) e analítica (diz como se compõe a realidades e os fenômenos sociais). Ao colocar a concepção do conhecimento nestes termos se afirmar que a ciência que se propõe construir no presente projeto é aquela que não somente questiona a realidade existente, mas que é capaz de romper com paradigmas. Para alcançarmos este empreendimento, faz-se mister ter uma profunda inserção na história do pensamento, como uma imersão comprometida na historicidade vivida nos tempos presentes.

O conhecimento científico que propomos aprender e desenvolver é um sistema de relações abertas. Não colocamos na universidade a relação de aprendizagem única e na ciência como o único conhecimento verdadeiro. Assumimos a concepção de ciência que assinala um movimento de mão dupla. A ciência deve informar e formar o senso comum, enquanto este é formado e informado. Distinta da ciência positivista e funcionalista é que somente pesquisam o senso comum, sistematizando os dados e permanecendo no estágio onde se encontra, visualizamos uma interação profunda entre a ciência e o senso comum. Nestas relações ambas vão se transformando.

É neste contexto que é afirmado a relação Tempo Escola e Tempo Comunidade. Na universidade o estudante terá acesso direto com teorias e metodologias científicas, com teorias de aprendizagem e com processos tecnológicos. A problematização e a aplicabilidade dos conhecimentos apreendidos no TE não serão testados artificialmente em espaços artificializados. Num processo metodológico distinto, os conhecimentos apreendidos serão aplicados em contextos socioeconômicos, culturais, ecológicos próprios e vivenciados nas comunidades pelos estudantes com os sujeitos sociais de cada comunidade.

É preciso compreender que este processo, descrito até aqui não está completo, senão se tornaria numa atitude arrogante da universidade. Ao vivenciar o TC o estudante deve problematizar os conhecimentos e a realidade da comunidade. Há a necessidade de levar uma relação dialógica profunda.

É nesta relação entre o fazer ciência na universidade e o fazer ciência na comunidade que o aprendente vai formando concepções e apreendendo conceitos epistemológicos, metodológicos



e científicos. É uma ciência imbuída de espírito de solidariedade e de cooperação. A geração de competências tem um direcionamento, é a construção de respostas para problemáticas efetivamente vivenciadas. Queremos deixar evidenciado que se não podemos reduzir a ciência ao empirismo, também não optamos pelos processos cognitivos racionalistas. O conceito de práxis condiz com o que propomos. É uma construção que busca nos referenciais teóricos e nas práticas sociais a afirmação de um processo que é aberto e exigente porque requer a inversão da visão social, cultural, ecológica. É um processo pedagógico que parte dos contextos endógenos, que ao romper fronteiras retorna para o lugar de origem. No retorno, não com o mesmo olhar, mas modificado. O olhar modificado que se sabe que sempre haverá de saber outros saberes, por isso modesto, que está em busca. É nesta perspectiva que há uma ruptura, uma transformação na visão de mundo e no jeito de fazer. É uma construção que se coletiviza.

3. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular se compõe do quadro de disciplinas por semestre e carga horária e créditos correspondentes. O ementário de componentes curriculares com o nome das disciplinas, o semestre de execução, a carga horária, a constituição dos tempos formativos, a ementa e a bibliografia. A organização curricular – quadro das disciplinas por semestre e a relação dos componentes curriculares.

As dinâmicas didáticas e organização dos tempos e espaços formativos se darão de forma distinta e complementar seguindo os processos interacionais do Tempo Escola à Distância (TED), Tempo Escola Presencial (TEP) e do Tempo Comunidade (TC) com as dinâmicas de creditação da extensão.

3.1 Quadro de Disciplinas por Semestre e Carga Horária

1º SEMESTRE				
Item	Disciplinas	CR	CH	Pré-Requisito
01	Comunicação e Expressão	4	60	-
02	Metodologia do Trabalho Científico	4	60	-
03	Tecnologias Sociais e Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão	4	60	-
04	Histórico e Gestão do Cooperativismo	4	60	-
05	Instituições de Direito Público	4	60	-
TOTAL		20	300	-

2º SEMESTRE				
Item	Disciplinas	CR	CH	Pré-Requisito
06	Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	4	60	-
07	Economia Solidária Aplicada	4	60	-
08	Teorias da Administração	4	60	-
09	Elaboração e Avaliação de Projetos Cooperativos	4	60	-
10	Pesquisa-Ação-Participante	4	60	-
TOTAL		20	300	-



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



3º SEMESTRE				
Item	Disciplinas	CR	CH	Pré-Requisito
11	Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários	4	60	-
12	Empreendedorismo e Práticas Empreendedoras Solidárias	4	60	-
13	Relações Humanas nas Organizações	4	60	-
14	Legislação do Trabalho	4	60	-
15	Contabilidade Básica	4	60	-
TOTAL		20	300	-

4º SEMESTRE				
Item	Disciplinas	CR	CH	Pré-Requisito
16	Contabilidade Social e Finanças em Cooperativas	4	60	-
17	Administração de Operações	4	60	-
18	Administração de Materiais, Patrimônio e Logística	4	60	-
19	Legislação e Gestão Ambiental	4	60	-
20	Cooperativismo Solidário	4	60	-
TOTAL		20	300	-

5º SEMESTRE				
Item	Disciplinas	CH	CR	Pré-Requisito
21	Planejamento e Gestão de Organizações Sociais e Solidárias	4	60	-
22	Movimentos Sociais e Participação	4	60	-
23	Direito Privado e Marco Regulatório do Cooperativismo	4	60	-
24	Marketing Social	4	60	-
25	Contabilidade Aplicada às Cooperativas	4	60	-
TOTAL		20	300	-

6º SEMESTRE				
Item	Disciplinas	CH	CR	Pré-Requisito
26	Estratégias de Desenvolvimento Socioterritorial	4	60	-
27	Sociologia das Organizações	4	60	-
28	Gestão Participativa e Processo Decisório	4	60	-
29	Gestão e Políticas Públicas	4	60	-
30	Trabalho de Conclusão de Curso	4	60	-
31	Residência Social – Estágio Curricular Supervisionado	12	180	-
Total Parcial		32	480	-
Composição de créditos e horas no curso				
Total Geral das Disciplinas		120	1.800	-
Residência Social – Estágio Supervisionado		12	180	-
Total Geral das horas no curso		132	1.980	-



3.2 Organização Curricular – Quadro das Disciplinas por Semestre

SEMESTRE I	SEMESTRE II	SEMESTRE III	SEMESTRE IV	SEMESTRE V	SEMESTRE VI
Comunicação e Expressão (60h)	Economia Solidária, Associativismo, Cooperativismo (60h)	Gestão de Empreendimentos Solidários (60h)	Contabilidade Social e Finanças em Cooperativas (60h)	Planejamento e Gestão de Organizações Sociais e Solidárias (60h)	Estratégias de Desenvolvimento Socioterritorial (60h)
Metodologia do trabalho Científico (60h)	Economia Solidária Aplicada (60h)	Empreendedorismo e Práticas Empreendedoras Solidárias (60h)	Administração de Operações (60h)	Movimentos Sociais e Participação (60h)	Sociologia das Organizações (60h)
Tecnologias Sociais e Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão (60h)	Teorias da Administração (60h)	Relações Humanas nas Organizações (60h)	Administração de Materiais, Patrimônio e Logística (60h)	Direito Privado e Marco Regulatório do Cooperativismo (60h)	Gestão Participativa e Processo Decisório (60h)
Histórico e Gestão do Cooperativismo (60h)	Elaboração e Avaliação de Projetos Cooperativos (60h)	Legislação do Trabalho (60h)	Legislação e Gestão Ambiental (60h)	Marketing Social (60h)	Gestão e Políticas Públicas (60h)
Instituições de Direito Público (60h)	Pesquisa-Ação-Participante (60h)	Contabilidade Básica (60h)	Cooperativismo Solidário (60h)	Contabilidade Aplicada às Cooperativas (60h)	Trabalho de Conclusão de Curso – monografia (60h)
					Residência Social (180h) – Estágio
C.H. Semestral: 300h	C.H. Semestral: 300h	C.H. Semestral: 300h	C.H. Semestral: 300h	C.H. Semestral: 300h	C.H. Semestral: 480h

TED – Tempo Escola à Distância – aulas no sistema AVA, com a presença ativa do professor e do estudante que corresponde a 66,66% do tempo de formação.

TEP – Tempo Escola Presencial – aulas de orientação nos espaços educativos dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis e polos de formação – tempo relativo a 23,34% da formação (planejamento, aprofundamentos teóricos, sistematização, codificação, entendimento das informações de campo e relatórios interpretativos).

TC – Tempo Comunidade – que corresponde às inserções dos estudantes nos espaços educativos dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis – tempo relativo a 10% da formação (inserção e vivência no campo – observação, registro, convivência com empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis).

*23,34% da carga horária será destinada a projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos nos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, totalizando 528 horas em vivência.

Carga horária das disciplinas obrigatórias 1.800 (1.272 horas de atividades de tempo escola à distância + 528 horas atividades de vivência – tempo escola presencial e tempo comunidade).

Carga horária de residência social 180

Carga Horária Total 1.980

3.3 Ementário de Componentes Curriculares

Legenda utilizada no ementário:

TED: Tempo Escola à Distância

TEP: Tempo Escola Presencial

TC: Tempo Comunidade



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Disciplina: Comunicação e Expressão	Semestre: Primeiro		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h
Ementa:			
Comunicação humana: conceito, processo, aspectos sociais, psicológicos e antropológicos. Elementos básicos, identificação, propriedades, funções. Comunicação interpessoal: objetivo, dinâmica, fatores influentes. Semiologia. Processos simbólicos, mecanismos e usos. Teoria dos sistemas: conceito e evolução. Estudo da linguagem como meio de expressão e interação social. Análise de aspectos linguísticos a partir de leitura e produção de textos. Leitura crítica e analítica de textos de gêneros variados. Apresentação de textos orais. Produção de textos.			
Bibliografia			
BERLO, B. K. O Processo da Comunicação: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1999. CASTELLIANO, T. A Comunicação e suas Diversas Formas de Expressão. Rio de Janeiro: Record, 2000. CUNHA, Celso; CINTRA, L.F. Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 DOWBOR, L. et all. Desafios da Comunicação. São Paulo: Vozes, 2000. KURY, A. G. Para Falar e Escrever Melhor o Português. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. MARTINS, Maria Helena. Que é Leitura. São Paulo: Ática, 2004. RIVERO, Sérgio; ARAGÃO, Érika (Org.). Lutar com Palavras: leitura, escrita e gêneros textuais. Salvador: Associação Baiana de Educação e Cultura, 2006. TERRA, E. Curso Prático de Gramática. São Paulo: Scipione, 1996. VANOYE, Francis. Usos da Linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. Trad. Clarisse Madureira Saboia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1986.			

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico	Semestre: Primeiro		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h
Ementa:			
O conhecimento científico: Teoria do conhecimento. Epistemologia da Ciência. Enfoque das ciências sociais aplicadas: a construção da pesquisa participante e da pesquisa-ação; o processo de contextualização da ciência; a implicação transformadora do conhecimento e dos sujeitos cognoscentes; a inter-relação e a participação dos sujeitos na produção do conhecimento; ação educativa politizadora e conscientizadora; a pertinência, a dialogicidade e dialeticidade dos diversos saberes e os conhecimentos científicos; ciências, desenvolvimento e democracia. Trabalhos Acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. Normas da ABNT.			
Bibliografia			
ANDALOSSI, Khalid El. Pesquisas-Ações: ciências, desenvolvimento e democracia. Trad. Michel Thiollent. São Carlos: EdUFSCAR, 2004. BARBIER, René. A Pesquisa-Ação. Trad. Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1990. DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1981. KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo: Brasiliense, 1896, LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica: ciência e conhecimento; métodos científicos; teorias, hipóteses e variáveis. São Paulo: 1983. LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-feita: repensar a reforma, repensar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2007.			



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



SILVEIRA, Caio Márcio, MELLO, Ricardo, GOMES, Rosemary. **Metodologias de Capacitação:** CEFE, GESTAR, Capacitação Massiva. Rio de Janeiro: FASE: FINEP, 2000.
SOUZA, M. A. de (Orgs.). **O Espaço Interdisciplinar.** São Paulo: Nobel, 1986.
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: Tecnologias Sociais e Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão	Semestre: Primeiro		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa: Metodologias de identificação e caracterização de problemas críticos; Caracterização de cenários e análise situacional; Concepção e desenvolvimento de estratégias de intervenção; Concepção, desenvolvimento, e produção de novos sistemas sociais sociotécnicos; Análise crítica de alternativas; Concepção de planejamento no contexto da sociedade; O conhecimento da realidade como fundamento do planejamento social; Planejamento participativo em programas sociais; Instrumentos e técnicas de planejamento participativo.				
Bibliografia LASSANCE JR. Antonio E. et el. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. BIERRENBACH, M. I R de S. Política e Planejamento Social. São Paulo: Cortez, 1987. CORRÊA, Raquel Folmer. Tecnologia e Sociedade: análise de tecnologias sociais no Brasil contemporâneo. Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2010. DAGNINO, Renato P. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004. _____. Tecnologia Social: Ferramenta para Construir outra Sociedade. Campinas, SP. Unicamp, 2009. DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. Contribuições da Economia da Inovação para a Reflexão acerca da Tecnologia Social. In: Tecnologia Social: Ferramenta para Construir outra Sociedade. DAGNINO, Renato (org.). Campinas, SP: Unicamp, 2009. FERNANDES, R. C. Privado Porém Público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-dumara, 1994. GANDIN, D. A. Prática do Planejamento Participativo. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 1997. LASSANCE JR. Antonio E. et el. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.				

Disciplina: Histórico e Gestão do Cooperativismo	Semestre: Primeiro		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa: Contexto histórico do surgimento do cooperativismo; as experiências dos socialistas utópicos; os pioneiros de Rochdale; valores e princípios do cooperativismo; a cooperação e a organização dos trabalhadores; cooperativismo no Brasil; o cooperativismo convencional distinguido do cooperativismo solidário; planejamento, gestão e direito cooperativo; logística e contabilidade cooperativa.				
Bibliografia: MORAIS, Clodomir Santos de. Teoria da Organização Autogestionária. Porto Velho: Eudfro, 2002. PAEZ, Luis Francisco Verano. Economia Solidária, uma Alternativa ao Neoliberalismo. Trad. Marizete Dalla Corte. Santa Maria/RS: Cisma Edições, 2001. Perspectiva Econômica: série cooperativismo. n. 119, volume 37. São Leopoldo: Unisinos, 2002. Perspectiva Econômica: série cooperativismo. n. 121, volume 38. São Leopoldo: Unisinos, 2003 Perspectiva Econômica: série cooperativismo. n. 123, volume 38. São Leopoldo: Unisinos, 2003				



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



PORTO, Maria Stela Grossi. **Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro: dimensões e olhares.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHNEIDER, José Odelso (org.). **Educação Cooperativa e Suas Práticas.** São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa.** São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SEQUEIROS, Leandro. **Educar para a Solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos.** Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TEIXEIRA, Aloisio (org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época.** São Paulo: Record, 2002.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: FASE, 1999.

_____. e RECH, Daniel. **Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos.** Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2001.

ZART, Laudemir Luiz Zart (org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade.** Cáceres: Unemat Editora, 2004

Disciplina: Instituições de Direito Público	Semestre: Primeiro		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Noções de Direito. Objeto do Direito. Direito natural e Direito positivo. Direito objetivo e subjetivo. Divisão do Direito. Fontes do Direito. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Penal. Noções de Direito Administrativo.				
Bibliografia				
ARAUJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009.				
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 1995.				
BRANCATO, R. T. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2007.				
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.				
PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado: introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional. São Paulo: Atlas, 1999.				

Disciplina: Economia Solidária, Associativismo, Cooperativismo	Semestre: Segundo		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Experiências de economia solidária; a solidariedade e a diversidade sociocultural, étnico-racial e de gênero; o processo de formação e a metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários; a organização popular para a geração de trabalho e renda; o planejamento participativo, a cogestão e a autogestão; o crédito solidário; a produção e a industrialização cooperada; a comercialização e o consumo solidário; desenvolvimento sustentável; as redes de colaboração solidária como metodologia de cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários.				
Bibliografia				
BEZ, Antonio Carlos e CARNEIRO, Gisele. Economia Popular Solidária: que mundo estamos construindo? Curitiba: Cefúria, 2001.				
CRÚZIO, H. O. Como Organizar e Administrar uma Cooperativa. Rio de Janeiro: FJV, 2002.				
FRANÇA, Cássio Luiz de. Comércio Ético e Solidário no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2003.				
GAIGER, Luiz Inácio (org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.				
JOLIS, Alan. Muhamad Yunus: o banqueiro dos pobres. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Editora Ática, 2002.				



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



MANCE, Euclides André (org.). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: PP&A, FASE, 2002.
 PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia (org.). **Gestão, Trabalho e Cidadania: novas articulações**. Belo Horizonte: Autêntica/CEPEAD/FACE/UFMG, 2001.
 PINTO, João Roberto Lopes. **Autogestão em Avaliação**. São Paulo: IBASE/ANTEAG, 2003.
 SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
 SANTOS, M.S.T.; CALLOU, A.B.F. **Associativismo e Desenvolvimento Local**. Recife: Bagaço, 2006.
 SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
 _____. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: vozes, 1999.
 SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
 TEIXEIRA, Aloisio (org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. São Paulo: Record, 2002.
 ZART, Laudemir Luiz Zart (org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres: Unemat Editora, 2004.

Disciplina: Economia Solidária Aplicada	Semestre: Segundo		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	

Ementa:

Sociedade, trabalho e cooperação; produção econômica, distribuição e comercialização solidária; processos formativos e socialização dos conhecimentos no trabalho associado; cultura, economia e saberes; práticas sociais de cooperação econômica, de solidariedade e cultura de prossumidores; mobilização, organização e as experiências de cooperação.

Bibliografia

ARROYO, J.C.T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.
 JHONSON, P. W. **Comércio Justo e Solidário**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.
 LAFORGA, Gilmar. **Economia Solidária, Agricultura Familiar e Comércio Justo: alinhando convergências, apresentando desafios**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.
 MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.
 Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**. Brasília, 2012.
 Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario>. Acesso em: 10/03/2012.
 SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
 SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C. (Orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.
 SILVEIRA, C. M. (Org.). **Trabalho e Renda: ações institucionais de fomento no Brasil**. Rio de Janeiro: Fase, 1995.
 SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
 SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. (Orgs.). **Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

Disciplina: Teorias da Administração	Semestre: Segundo		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	

Ementa:

Bases históricas de constituição das teorias da administração; evolução e abordagens do processo administrativo: clássica, humanista, estrutural e organizacional; novas configurações organizacionais; organização, planejamento, gestão e direção: comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade; controle e coordenação; as funções administrativas frente às novas tendências; sistemas e processos organizacionais; desempenho e estratégias organizacionais; relações interorganizacionais e ambiente; gestão organizacional frente aos novos paradigmas: auto organização e autogestão..

Bibliografia



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



ABBEL, D. F. **Definição do Negócio**: ponto de partida do planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 1991.

ADIZES, I. **Os Ciclos de Vida das Organizações**: como e porque as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito. São Paulo: Pioneira, 1990.

BERNARDES, C. **Teoria Geral das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

_____. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

DRUCKER, P. F. **Administração de Negócios**. São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. **Introdução à Administração**. São Paulo: Pioneira, 1984.

_____. **Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship)**: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1985.

GIBSON, J. L. **Organizações**: comportamento, estrutura, processos. São Paulo: Atlas, 1988.

HALL, R. **Organizações, Estrutura e Processos**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984.

HAMPTON, D. R. **Administração**: processos administrativos. São Paulo: Makron, 1990.

HARRINGTON, J. H. **Aperfeiçoando Processos Empresariais**. São Paulo: Makron, 1993.

KOONTZ, H., O'DONNELL, C. **Fundamentos da Administração**. São Paulo: Pioneira, 1989.

MAXIMIANO, A. C. **A Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

MONTANA, P. J., CHARNOV, B. H. **Administração**. Trad. Robert Brian Taylor. São Paulo: Saraiva, 1998.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

ROBBINS, S. T. **O Processo**: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1978.

TAYLOR, F. W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1970.

VASCONCELOS, E., HEMSLEY, J. R. **Estrutura das Organizações**: estruturas tradicionais, estruturas para inovação, estrutura matricial. São Paulo: Pioneira, 1989.

Disciplina: Elaboração e Avaliação de Projetos Cooperativos	Semestre: Segundo	Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h
Ementa:			
Projetos Públicos e Sociais: o Conceito e a Lógica. Níveis de Formulação do Projeto. Marco Lógico: Objetivo Geral e Objetivo Específico, Análise de Oportunidade/Viabilidade. Sistema de Planejamento, Detalhamento, Monitoramento e Avaliação do Projeto (P.M.A). Avaliação de Fatores de Risco; Definição de Indicadores, Definição de Resultados e Metas, Atribuição de Responsabilidades, Cronograma de Realização, Planejamento de Custos. Mobilização de Recursos. O Contrato de Parceria e Follow-up (acompanhamento, monitoramento) do Projeto.			
Bibliografia			
ARMANI, D. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para a Elaboração de Projetos Sociais. Porto Alegre, Amencar, 2000			
CLEMENTE, A. (org.) Projetos Empresariais e Públicos . São Paulo: Atlas, 2002.			
BAILEY, Michael. Levantamento de Fundos no Brasil : principais implicações para as organizações da sociedade civil e ONGs internacionais. Cadernos ABONG, n. 27 (ONG: Identidade e desafios atuais. São Paulo: ABONG			
BROSE, Marcus (org.). Metodologia Participativa : uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, 312 p.			
CARDOSO, Ruth; FRANCO, Augusto; DARCY DE OLIVEIRA, Miguel. Um Novo Referencial para a Ação Social de Estado e da Sociedade Civil : 7 lições da experiência do Conselho da Comunidade Solidária. IV Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília. Granja do Torto, p.1-25, 2000.			



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Disciplina: Pesquisa-Ação-Participante	Semestre: Segundo		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h
Ementa:			
Diferentes estilos de Pesquisa-Ação Participante (PAP). A integração do conhecimentos técnico-científicos com os saberes locais. A intervenção e a pesquisa em organizações. Implicação e desenvolvimento. Diagnóstico e resolução de problemas. Produção social do conhecimento.			
Bibliografia			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999. DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Campinas: Unicamp/Paz e Terra, 2002. EGG, Ezequiel Ander. Repensando la Investigación-Acción-Participativa. México: El Ateneo, 1990. FALS BORDA, Orlando. La investigación-acción en convergencias disciplinares. In: Antologia: Orlando Fals Borda. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010a. p. 359-368. FALS BORDA, Orlando. La investigación-acción participativa: política y epistemología. In: Antologia: Orlando Fals Borda. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010b. p. 205-225. FALS BORDA, Orlando. La investigación-acción en convergencias disciplinares. Lasaforum, v. 38, n. 4, p. 17-22, 2007. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio: Paz e Terra, 1980. PINTO, João Bosco Guedes. Pesquisa-Ação: detalhamento de sua sequência metodológica. Recife, 1989, Mimeo. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.			

Disciplina: Gestão de Empreendimentos Solidários	Semestre: Terceiro		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h
Ementa:			
Autogestão como prática social e empreendedora coletiva; princípios organizativos de coletivos: dimensões formativas para cooperativismo solidário (ou empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis), vícios de comportamento que interferem na autogestão; técnicas de gestão; processos criativos e métodos inovadores de gestão coletiva; ferramentas de gestão participativa: planejamento conjunto, execução compartilhada, assembleias enquanto instrumentos da gestão; marketing societal e as práticas de solidariedade e sustentabilidade.			
Bibliografia			
CANÇADO, Airton Cardoso. Incubação de Cooperativas Populares: metodologia dos indicadores de desempenho. COBRA, Marcos H. N. Marketing Básico: uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 1997. MORAIS, Clodomir Santos de. Teoria da Organização Autogestionária. Porto Velho: Edufro, 2002. _____. Um Futuro para os Excluídos. Criação de empregos e geração de renda pelos pobres. Porto Velho: Edufro, 2002. GOMES, Rosemary; MELLO, Ricardo; SILVEIRA, Caio Márcio. Metodologias de Capacitação: CEFE, GESPAR e Capacitação Massiva. Rio de Janeiro: FASE, 2000. JUSTINO, Maria José. (Org.). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002. PEREIRA, William César Castilho. Dinâmica de Grupos Populares. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. SOLER, Reinaldo. Jogos Cooperativos. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira de; AZEVEDO, Alessandra de; OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; BALDEÓN, Naguyen Tufino. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação. In: 10th Latin-American Seminar of Technology Management. Anais... México, 2003 WEINGRILL, C. Práticas Empresariais de Responsabilidade Social: relações entre os princípios do Global Compact e os indicadores Ethos de responsabilidade social. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.			



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Disciplina: Empreendedorismo e Práticas Empreendedoras Solidárias	Semestre: Terceiro		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
O administrador no contexto empreendedorismo social. As revoluções industriais e a evolução do pensamento administrativo. O estudo da administração e suas finalidades. Abordagem Clássica, Humanística, Neoclássica e Estruturalista da administração. Abordagem Comportamental, Sistêmica e Contingencial da administração. Modelos orgânicos e mecânicos. Organizações contemporâneas das organizações de trabalho associado. O que é ser empreendedor solidário. Empreendedorismo solidário e espírito empreendedor. Características de comportamento e de personalidade do empreendedor solidário. Mudanças e inovação. Oportunidades no mercado concorrencial e mercado solidário.				
Bibliografia				
FERREIRA, A. A. et al. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 1997.				
HASHIMOTO, M. Espírito Empreendedor nas Organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.				
HISRICH, R. D.; PETERS, M. Empreendedorismo, São Paulo: Bookman, 2004.				
KLIKSBURG, Bernardo O desafio da Exclusão: por uma gestão social eficiente. São Paulo: Fundap, 1997				
MAXIMIANO, A. C. A. Administração para Empreendedores. São Paulo: Prentice-Hall, 2006.				
MAXIMIANO, A. C. A., Introdução à Administração, São Paulo, Editora Atlas, 2004.				
MELO NETO, Francisco Paulo de Melo e FROES, César Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.				
MOTTA, F. C. P. Teoria Geral da Administração: uma introdução. São Paulo: Pioneira, 1982.				
OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios. Toledo – PR: GEPEC/ UNIOESTE (www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_15.pdf).				
OLIVEIRA, Edson Marques Empreendedorismo Social no Brasil: fundamentos e estratégias. Franca-SP: Unesp, 2004 (tese de doutorado).				
SOUZA SANTOS, Boaventura (Org.). Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.				
STONER, J. A. F. Administração. Rio de Janeiro: LTC, 1999.				

Disciplina: Relações Humanas nas Organizações	Semestre: Terceiro		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Percepção, motivação e relações humanas. Comunicação e relações interpessoais. Processos de grupo: cooperação, competição, coesão e conformismo. Conceituação e caracterização de papéis sociais e processos grupais nas organizações. Estilos gerenciais. Chefia, liderança e conflito. Clima, cultura, aprendizagem organizacional.				
Bibliografia				
FERNANDES, A. M. O.; OLIVEIRA, C. F.; SILVA, M. O. Psicologia e Relações Humanas no Trabalho. Vol.1. São Paulo: AB Editora, 2002.				
FERNANDES, A. M. O.; OLIVEIRA, C. F.; SILVA, M. O. Psicologia e Relações Humanas no Trabalho. Vol. 2. São Paulo: AB Editora, 2003.				
LAPASSADE, G. Grupos, Organizações e Instituições. São Paulo: Francisco Alves, 1977.				
MINICUCCI, A. Relações Humanas: psicologia das relações humanas. São Paulo: Atlas, 2001.				
RODRIGUES, H. B.C.; LEITÃO, M. B. Grupos e Instituições em Análise. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1992.				



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Disciplina: Legislação do Trabalho	Semestre: Terceiro		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Introdução. Seleção e admissão de empregados. Identificação profissional. Contrato de trabalho. Aviso prévio. Salário. Estabilidade. Férias anuais remuneradas. Regulamentações especiais. Proteção do trabalho. Previdência Social. Acidentes de trabalho. Organizações sindicais.				
Bibliografia				
GUIMARÃES, J. C. S. Roteiro de Legislação Trabalhista . São Paulo: LTR, 2007 MUNAKATA, K. A Legislação Trabalhista no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1982. ZAINAGHI, D. S. Curso de Legislação Social: direito do trabalho . São Paulo: Atlas, 2006.				

Disciplina: Contabilidade Básica	Semestre: Terceiro		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Estudo dos axiomas e postulados fundamentais da contabilidade; estrutura do patrimônio; teoria das contas; escrituração contábil: aspectos legais e técnicos; sistemas contábeis; demonstrações financeiras: conceito, estrutura e finalidades.				
Bibliografia				
ALMEIDA, M. C. Consolidação de Demonstrações Financeiras . São Paulo: Atlas, 1991. ALMEIDA, M. C. Curso Básico de Contabilidade: introdução à metodologia da contabilidade . São Paulo: Atlas, 1996. BASSO, J. L. Engenharia e Análise do Valor Mais as Abordagens da Administração, Contabilidade . São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991. BRAGA, H. R. Demonstrações Financeiras: estrutura, análise e interpretação . São Paulo: Atlas, 1990. CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade: resumo da teoria . São Paulo: Atlas, 1995. FRANCO, H. Contabilidade Geral . São Paulo: Atlas, 1997. FRANCO, H. Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços I . São Paulo: Atlas, 1996. IUDÍCIBUS, S. Análise de Balanços . São Paulo: Atlas, 1982. IUDÍCIBUS, S. (coord.) Contabilidade Introdutória . São Paulo: Atlas, 1996. IUDÍCIBUS, S, MARION, J. C. Manual de Contabilidade para não Contadores . São Paulo: Atlas, 1997. LEITE, H. de P. Contabilidade para Administradores . São Paulo: Atlas, 1995. MARION, J. C. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 1996. MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanço: abordagem básica gerencial . São Paulo: Atlas, 1996. PADOVEZE, C. M. Manual de Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 1996. PIMENTEL-GOMES, F.; GARCIA, C.H. Estatística Aplicada a Experimentos Agrônomicos e Experimentais: exposição com exemplos e orientações para uso de aplicativos . Piracicaba: Fealq, 2002. SILVA, J. P. da. Análise Financeira das Empresas . São Paulo: Atlas, 1996. SILVA, J. P. da. Gestão e Análise de Crédito . São Paulo: Atlas, 1997. GOMES, Frederico Pimentel. Curso de Estatística Experimental . São: Nobel, 1977. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. Curso de Contabilidade Aplicada-7 . São Paulo: Atlas, 1994.				

Disciplina: Contabilidade Social e Finanças em Cooperativas	Semestre: Quarto		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Sistema de contabilidade social; conceitos fundamentais; sistema de contabilidade do produto, renda e dispêndio ou sistema convencional de contas nacionais; sistema de relações intersetoriais; sistema de fluxos financeiros; sistemas integrados de contabilidade social; Tributação e Fiscalização. Sistema de Contabilidade Aplicado. Processo de Prestação de Contas e Gestão de Recursos.				



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Bibliografia
ATTIE, Willian. Auditoria. Conceitos e aplicações . São Paulo: Atlas, 2000.
GIL, Antônio de Loureiro. Auditoria Operacional e de Gestão : qualidade da auditoria. São Paulo, Atlas, 1999.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos . São Paulo: Atlas, 2003.
ALVIDO, Becker. Auditoria Externa Aplicada às Sociedades Cooperativas: aspectos patrimoniais, formais e sociais. São Paulo: Thomson, 2004.
ROSSETTI, José Pascoal. Contabilidade Social . São Paulo: Editora Atlas, 1990.
SHAPIRO, E. Análise Macroeconômica . São Paulo: Editora Atlas, 1977.
STUVEL, G. Sistema de Contabilidade Social . Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Disciplina: Administração das Operações	Semestre: Quarto		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Introdução, tendências, evolução das técnicas de gestão da produção, funções e suas ferramentas. Objetivos da administração da produção. A tomada de decisão. Modelos de planejamento. Localização. Arranjo físico.				
Bibliografia				
CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração de Produção e Operações : manufatura e Serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2004.				
MOREIRA, D.A. Administração da Produção e Operações . São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 2001.				
SLACK, N.; JOHNSTON, R.; CHAMBERS, S. Administração da Produção . São Paulo: Atlas, 2002.				

Disciplina: Administração de Materiais, Patrimônio e Logística	Semestre: Quarto		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa				
Conceito de administração de recursos produtivos. Administração de compras. Administração e controle de estoques. Administração de materiais. Administração do patrimônio. Logística dos materiais.				
Bibliografia				
ARMOLD, J.R. T. Administração de Materiais . Trad. Celso Rimoli. São Paulo: Atlas, 1999				
BAILY, P. J. H..Tradução Ailton Bonfim Brandão. Compras, Princípios e Administração . São Paulo: Atlas, 2002				
CHRISTOPHER, M. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos : estratégia para redução de custo e melhoria. Ed. Pioneira, 2000.				
CORRÊA, H. L. Just In Time, MRP II e OPT : um enfoque estratégico. Ed. Atlas, 1996.				
DIAS, M. A. P. Administração de Materiais : uma abordagem logística. Ed. Atlas 2002				
ERDEI, G. E. - Códigos de Barras : desenvolvimento, impressão e controle da qualidade.- Tradução Dolores Monteiro; São Paulo, Makron Books				
KOBAYASHI, S. I. Tradução Valéria Custódia dos Santos. Revolução da Logística : como definir estratégia de distribuição física global. Ed. Atlas, 2000.				
MARTINS, P. G. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais . ED. Saraiva,2003				
MOURA, R. A. KAMBAN : A simplicidade do controle de produção. ED. Imam, 1998.				

Disciplina: Legislação e Gestão Ambiental	Semestre: Quarto		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Histórico da legislação ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Dos bens Ambientais. Conceito de sustentabilidade ambiental: a inter-relação entre o econômico, o social e o ambiental. Conflitos ambientais envolvidos na gestão de recursos sólidos e recursos hídricos. Meio ambiente e poluição. A participação da sociedade na questão da proteção ambiental. A educação para proteção do meio ambiente. Instrumentos de gestão ambiental.

Bibliografia

ABNT. **ABNT NBR ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental**: requisitos com orientação para uso. 2004.
 ABNT. **ABNT NBR ISO 19011 Diretrizes para Auditorias de Sistema de Gestão da Qualidade e/ou Ambiental**. 2002.
 BURSZTYN, M.A. A. **Gestão Ambiental**: instrumentos e práticas. FUNCEP. Brasília, 1991.
 CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. **Meio Ambiente**. Brasília-DF. 1988.
 DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Legislação Ambiental**. Lei Federal 9.605. Março, 1998. Brasília-DF.
 MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Editora Malheiros, 1996.
 RAMBELLI, A. M.; VANDERLEI, J. V. **Legislação Federal Sobre o Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Vana, 1996.
 MUKAI, T. **Direito Ambiental Sistematizado. Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
 FIGUEIREDO, G. J. P. **Direito Ambiental e a Saúde dos Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Editora LTR. 2000.
 SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.
 ALMEIDA, L. T. **Política ambiental**: uma análise econômica. São Paulo: Papirus, 1998.
 MOTA, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. ABES. 1997.
 REIS, M. J. L. **ISO 14000 Gerenciamento Ambiental**. São Paulo: Qualitymark Editora, 1997.
 TIBOR, T.; FELDMAN, I. **ISO 14000: A guide to the new environmental management standards**. New York: Mirror Higher Education Group, 1996.
 VALE, C. E. **Qualidade Ambiental**. São Paulo: Pioneira Editora. 1995.
 VIEIRA, P. F., WEBER, J. (orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

Disciplina: Cooperativismo Solidário	Semestre: Quarto		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h

Ementa: Conceitos e práticas de cooperativismo solidário. Superação da instrumentalização do movimento cooperativo. Cooperativismo solidário e o desenvolvimento local solidário e sustentável. Organização do trabalho associado. Rede de cooperação e rede de colaboração solidária. Cooperativismo solidária e os processos sócias de afirmação das diversidades socioculturais e ambientais.

Bibliografia

REIS, N.J. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
 SALES, J. E. **Cooperativismo**: origens e evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Nº 1Jan-jun 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoengenharia>>. Acesso em 02/06/2018.
 KLAES, L. S. **Cooperativismo e Ensino à Distância**. Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103034/213746.pdf?sequence>>. Acesso em 02/12/21.
 PORTO, Selomi Bermeguy; FERREIRA, Marinilde Verçosa. Cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico: uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária – Solicred Benjamin Constant/AM. **Cadernos Gestão Social**, v.5, n.2, p.323-337, jul./dez. 2014.
 REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao Cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.
 ETGETO, Anderson Augusto et al. Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. **Maringa Management**: Revista de Ciências Empresariais, v.2, n.1, p.7-19, jan. /jun. 2005.
 BIALOSKORSKI, S.N. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Mandamentos, Belo Horizonte, 2006.
 FARIA, A. **Tempos de Mutaçao**. Editora Cátedra, Rio de Janeiro, 1976.
 Farias, C. M. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



LIMA, C.J. **O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 19 Nº. 56; outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a04v1956.pdf>> acesso em: 22/06/2021.

DORCE, Lethicia Camila et al. **Capital Intelectual: evidências de seus elementos em uma cooperativa agropecuária.** Agora: Revista de Divulgação Científica, v. 22, n. 2, p. 24-44, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3095309>> acesso em: 16/06/2018.

FREITAS, A.F. **O cooperativismo de crédito no Brasil e a Emergência de uma Vertente solidária.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional; mai-ago/2014, Taubaté, SP, Brasil; Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/1351/378>>. Acesso em: 23/06/2018.

FILHO, João Telmo de Oliveira, et al. **O Cooperativismo Urbano: A experiência das cooperativas habitacionais no Brasil e no Uruguai.** jan-jun 2017 v.7 n.4. Santa maria, RS, Brasil. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/26519-135434-3-PB.pdf>> acesso em: 20/06/2018.

SILVA, M. C.; **Cooperativismo no Brasil: um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis.** Dissertação de mestrado. Biguaçu – sc. 2009

PORTAL BAIANO DAS COOPERATIVAS – OCEB – SINDICATO – SECOOP/BA

PINHO, D. B.; **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

ZART, Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez; MARTINS, Jucilene de Oliveira (Org.). **Fundamentos da Produção Social de Conhecimentos.** Cáceres – MT: Editora Unemat, 2019.

Disciplina: Planejamento e Gestão de Organizações Sociais e Solidárias	Período: Quinto	Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h

Ementa:

Delimitação do campo teórico e prático do terceiro setor no Brasil. Gestão e Planejamento das organizações do Terceiro Setor - diferentes formas organizacionais e suas articulações com as políticas públicas e a coprodução dos serviços públicos. Particularidades do planejamento e da gestão em organizações do terceiro setor: a interface entre as dimensões social, econômica e política. O empreendedorismo social (coletivo e institucional). O processo de planejamento e gestão nas organizações sociais e solidárias. A sustentabilidade das organizações.

Bibliografia

ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária. In: **Revista de Administração Contemporânea.** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

ANDION, C. **Marketing Social: conceitos e práticas em organizações do terceiro setor.** Material didático preparado para a disciplina. Florianópolis: ESAG/UDESC, 2007 (mimeo)

ANDION, C **Os Desafios da Mobilização de Recursos no Campo da Sociedade Civil.** Material didático preparado para a disciplina. Florianópolis: ESAG/UDESC, 2009 (mimeo).

ARMANI, D. **Mobilizar para Transformar.** A mobilização de recursos nas organizações da Sociedade Civil. São Paulo: Peirópolis, 2008 (Capítulo 2: O contexto – desafio da sustentabilidade e Capítulo 3: A organização: caminhos da mudança).

INSTITUTO FONTE. **Construindo o Eco-mapa.** São Paulo: Instituto Fonte, 2006.

PAULA e SILVA A. L. **Governança Institucional: um estudo do papel e da operação dos conselhos das organizações da sociedade civil no contexto brasileiro.** Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2001. (Trechos escolhidos)

PAULA e SILVA, Antônio Luiz. **Utilizando o Planejamento como Ferramenta de Aprendizagem.** São Paulo: Global, 2003.

SHEIN, E. **Princípios da Consultoria de Processos.** Para construir relações que transformam. São Paulo: Peirópolis, 2008. (Capítulo 1; O que é a consultoria de processos?)

Disciplina: Movimentos Sociais e Participação	Semestre: Quinto	Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h

Ementa:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



Teoria dos movimentos sociais: leitura e interpretação das concepções clássicas e contemporâneas; a organização da sociedade civil a ação coletiva; movimentos sociais, estado e mercado; as relações de poder na sociedade contemporânea; movimentos sociais enquanto princípios, ações e projetos transformadores das estruturas e das relações sociais; movimento social como processo de organização para a construção da democracia: política, social e econômica; contextos empírico-históricos de mobilização dos movimentos sociais economia solidária e do cooperativismo.

Bibliografia

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez, 1993.
 DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
 GARCIA, Regina Leite (org.). **Aprendendo com os Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2000.
 GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.
 MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
 MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Trad. Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
 PAOLI, Maria Célia. **Os Sentidos da Democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis/RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
 POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.
 QUEIRÓZ, Imar Domingos. **Movimentos Sociais**: esboço de uma reflexão. In.: Revista de Educação Pública, Cuiabá: V.4, n. 6, jun./dez. 1995.
 SHERRER-WARREN, Ilse. **Educação Popular e Diálogo Intercultural**. In.: Revista de Educação Pública, Cuiabá: v. 11, n. 19, jan.-jun., 2002.
 _____. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
 SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. H. H. **Movimentos Sociais e Participação**: abordagens e experiências do Brasil e América Latina. Florianópolis: UFSC, 2010.
 SOUZA, J.F. **A Democracia dos Movimentos Sociais Populares**: uma comparação entre Brasil e México. Recife: Bagaço, 1999.

Disciplina: Direito Privado e Marco Regulatório do Cooperativismo	Semestre: Quinto	Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h

Ementa:

Teoria geral do Direito. Princípios e garantias fundamentais. Hierarquia das leis. Processo legislativo. Direito do Consumidor. Direito Civil – parte geral e contratual. Direito empresarial. Espécies de sociedades comerciais. Bases históricas da legislação cooperativista. Legislação brasileira: A constituição federal. Código Civil (Lei 10.406/2002). Legislação tributária e trabalhista. Lei geral das cooperativas n.º 5764/71. Lei das Cooperativas de Trabalho (12.690/2012). Ato cooperativo e ato não cooperativo.

Bibliografia

BECHO, Renato Lopes. **Elementos de Direito Cooperativo**: de Acordo com o Novo Código Civil. KRUEGER, Guilherme (Coordenador); VIEIRA, Paulo Gonçalves Lins; OLIVEIRA, Priscila I. Greco. Curso de Direito Cooperativo. Editora Mandamentos. SIQUEIRA, Paulo César Andrade. Direito Cooperativo Brasileiro - Comentários À Lei 5.764/71. São Paulo: Editora Dialética, 2002.
 BECHO, Renato Lopes. **Problemas Atuais do Direito Cooperativo**. São Paulo: Editora Dialética, 2002.
 FUBRER, Maximilianus, MILARÉ, Edis. **Manual de Direito Público e Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
 GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Nº 1, 2007.
 OWER, Nelson Godoy Bassil, **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2005.
 PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos.
 PINHO, Ruy Rebello NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 2002.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



UMONT PRADO, Flávio Augusto. **Tributação das Cooperativas** - À Luz do Direito Cooperativo. Juruá Editora, 2004.

Disciplina: Marketing Social	Semestre: Quinto		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Marketing. Mix de Marketing. Comunicação, marketing institucional, imagem e risco. Oportunidades de negócios, nichos de mercado e definição de produtos/serviços na gestão social. Estratégias de comercialização. Marketing Societal Marketing social e marketing relacionado a causas sociais. Marketing Cultural.				
Bibliografia				
FONTES, Miguel B. Marketing Social Revisitado: novos paradigmas do mercado social. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.				
KOTLER, Philip; ROBERTO, Eduardo L. Marketing Social: estratégias para alterar o comportamento público. Rio de Janeiro: Campus, 1992.				
MALGODI, Maria Uugênica e CESNIK, Fábio de Sá. Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais. São Paulo: Escrituras, 2001.				
MELO NETO, Francisco Paulo de. Marketing de Patrocínio. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.				
REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing Cultural e Financiamento da Cultura. Teoria e prática em um Estudo Comparado Internacional. São Paulo: Thomson, 2005.				
VAZ, Gil Nuno. Marketing Institucional: o mercado de ideias e imagens. 2 ed. São Paulo: Thomson, 2003.				

Disciplina: Contabilidade Aplicada às Cooperativas	Semestre: Quinto		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor. Aspectos Conceituais. Constituição e Funcionamento. Legislação e Tributação do Terceiro Setor. Sistema de Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. Eventos Econômicos. Plano de Contas. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.				
Bibliografia				
ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2009.				
BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação. São Paulo: Editora Atlas, 2006.				
BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. MUDANÇAS CONTÁBEIS NA LEI SOCIETÁRIA: LEI 11638 de 28-12-2007. São Paulo: Editora Atlas, 2008.				
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das Entidades. BRASÍLIA: Cfc, 2003. 126p.				
OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos. São Paulo: Atlas, 2008.				
PAULANI, Leda Maria Bodik. A Nova Contabilidade Social. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.				

Disciplina: Estratégias e Desenvolvimento Socioterritorial	Semestre: Sexto		Carga horária: 60	
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC	
	40 h	14 h	6 h	
Ementa:				
Território: conceitos e teorias de espaço, poder e território; análise, gestão e planejamento. Escalas territoriais: local, regional e global. Estratégia: conceitos e teorias, potencialidades e limitações. Perspectiva estratégica do desenvolvimento e da qualificação territorial. Estratégias processuais. Análise de ambiente e construção de diagnósticos estratégicos. Gestão estratégica e metodologias de planejamento com ênfase em processos participativos.				
Bibliografia				



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
 MAC-ALLISTER, Mônica (Org.). Emergência do espaço organizacional para a gestão social. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local: Gestão XXI, gestão social e gestão do desenvolvimento, 9, Salvador. Anais ... Salvador: UFBA/EA/NPGA/NEPOL/PDGS, 2003.
 SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

Disciplina: Sociologia das Organizações	Semestre: Sexto		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h

Ementa:

Historicidade do pensamento solidário e das ações de cooperação; distinção entre organizações da economia solidária e do terceiro setor; ação cristã de assistência, sindicalismo e mutualismo; organizações na economia solidária para a educação solidária e organizações sociais para a formação da autonomia, criatividade e iniciativa; profissionalização politécnica; planejamento, gestão e avaliação participativa; formação e desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários: cooperativismo, associativismo, empresas auto-gestionárias; intercooperação e a formação de redes; produção e consumo solidários.

Bibliografia

AMADO, Gilles et al. **A Dinâmica da Comunicação nos Grupos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982
 ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
 CATTANI, Antonio Davi (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
 COSTA, Cândida da. **Sindicalismo e Cidadania**: análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil. São Luís: EDUFMA/UNITRABALHO, 2000.
 COSTA, L.F.C. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
 GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
 GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
 GONZÁLES, Paul. **Empresa Social e Globalização – Administração Autogestionária**: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo: ANTEAG, 1998.
 MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
 PARENTE, A. (Org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.
 PEREIRA, William César Castilho. **Nas Trilhas do Trabalho Comunitário e Social**: teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001.
 PIMENTA, Solange Maria e CORRÊA, Maria Laetitia (org.). **Gestão, Trabalho e Cidadania**: novas articulações. Belo Horizonte: Autêntica/ CEPEAD / FACE / UFMG, 2001.
 WAUTIER, Anne Marie. **A Construção Identitária e o Trabalho nas Organizações Associativas**. Trad. Sérgio Miola. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001.

Disciplina: Gestão Participativa e Processo Decisório	Semestre: Sexto		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h

Ementa:

Despertar o estudante para a nova realidade da gestão, que exige um profissional reflexivo (ser histórico), capaz de realizar e entender as mudanças necessárias ao processo administrativo, bem como a estrutura organizacional que dará sustentação ao modelo adotado. O gestor é um intérprete da cultura organizacional, orientador de pessoas e um agente de mudanças, sua gestão ocorre dentro de uma contingência em que sua capacidade de catalisar as forças humanas auxiliará no progresso organizacional e conseqüentemente social. A disciplina pretende despertar o aluno para a importância da gestão participativa como forma de envolvimento e comprometimento dos colaboradores no processo gerencial, tornando estes mais conscientes e motivados.

Bibliografia



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONEPE



FERNÁNDEZ ENGUITA, M. **A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
 KAPLAN, Robert S. e NORTON, David P. **Mapas Estratégicos: Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis.** Editora Campus: 2004.
 MATOS, Francisco Gomes de. **Gestão Participativa: como obter a cooperação espontânea da equipe e desburocratizar a empresa.** Rio de Janeiro: 1980. Biblioteca do Exército.
 MARQUES, Antônio Carlos F. **Deterioração Organizacional: como detectar e resolver problemas de deterioração e obsolescência organizacional.** Ed Makron Books. São Paulo: 1994.
 ROBBINS, Stephen P. **A Verdade Sobre Gerenciar Pessoas: nada mais que a verdade.** Ed. Pearson Education. São Paulo: 2003.

Disciplina: Gestão e Políticas Públicas	Semestre: Sexto		Carga horária: 60
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	40 h	14 h	6 h
Ementa: O que são políticas públicas. Tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea. Gestão pública democrática e agenda: a ideia de governança, eficiência, transparência, accountability, parcerias setor privado-público. Participação e descentralização. Políticas públicas, gestão pública e movimento cooperativo.			
Bibliografia			
ABRUCIO, F. O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública. Brasília: Cadernos ENAP, 1997.			
HOOD, Christopher. Racionalismo Econômico en la Gestión Pública: de La administración pública progresiva a La nueva gestión pública? In: Brugué, Quim y Subirats, Joan, Lectures de gestión pública, Madrid: Ministério de Administración Públicas, 1996.			
LONGO, Francisco. La Reforma del Serviço civil em lãs Democracias Avanzadas: mérito com flexibilidad, Washington, Banco Interamericano de desarrollo, 2001.			
OSBONE, Davis.; GAEBLER, Ted. Reinventando o Governo, Brasília, ENAP, 1992.			
SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.			
. Economia Espacial. São Paulo: EDUSP, 2003			

Disciplina: Residência Social – Estágio Supervisionado	Semestre: Sexto		Carga horária: 180
Constituição dos Tempos Formativos	TED	TEP	TC
	20 %	20 %	60 %
TED – 36 horas correspondem às instruções e orientações da equipe de coordenação da residência social (estágio) relativas aos procedimentos e normas institucionais.			
TEP – 36 horas correspondem as presenças das equipes de orientação nos espaços educativos dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.			
TC – 108 horas correspondem às inserções e vivências dos/as estudantes com os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis.			
Ementa:			
Extensão Universitária. Práticas sociais, associativas e cooperativas. Pesquisa-ação: integrando diagnóstico e intervenção social. Papel do gestor social. Ética, responsabilidade social e cidadania. Desenvolvimento sustentável.			
Bibliografia			
ADIZES, I. Os ciclos de vida das organizações. Como e por que as empresas crescem e morrem e o que o fazer a respeito. São Paulo. Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, 1990.			
FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. <i>Revista Educação e Pesquisa</i> , São Paulo, v.31, n.3, p.483-502, 2005. Disponível: SciELO - Scientific Electronic Library On-line. In:< http://www.scielo.br >. Acesso em: 22 set. 2006.			
THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Editora, 2005.			
THIOLLENT, M. Pesquisa-Ação e Projetos Cooperativos na Perspectiva de Henri Desroche. São Paulo: EDUFSCAR, 2006.			
THIOLLENT, M. Pesquisa-Ação nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2009.			



4. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso
- BRASIL. **Lei 13.005, de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- CABRAL, Maria Elimar Cruz. WEIMER, Mabel Strobel Moreira. **Teoria e prática do projeto político pedagógico – Uma questão de gestão e de qualidade na educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 06, Vol. 09, pp. 127-137. Junho de 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução CNE/CES 1, DE 2004: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 17 nov. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução no 2, de 2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial**. [s.l: s.n.].
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 028/2012-CONEPE: Dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de graduação de Bacharelado nas diferentes modalidades de ensino oferecidos pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT**. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3475_res_conepe_28_2012.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020a.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 030/2012-CONEPE: Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/2654_res_conepe_30_2012.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020b.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 055/2015-CONEPE: Altera a Resolução no 030/2012-CONEPE, que dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3764_res_conepe_55_2015.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020a.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 100/2015-CONEPE: Aprova alteração na Resolução no 028/2012-CONEPE e 029/2012-CONEPE, que dispõe sobre Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de graduação de Bacharelado e de Licenciatura da UNEMAT**. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3920_res_conepe_100_2015.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020b.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Instrução Normativa 003, de 2019: Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação, em todas as suas modalidades, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e dá outras providências**. Disponível em: <<http://portal.unemat.br/?pg=site&i=proeg&m=legislacao>>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução 11/2020-AD REFERENDUM CONEPE: Dispõe e regulamenta sobre a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/4144_res_conepe_11_2020.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.